



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO/RJ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Rio de Janeiro - 2021



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Relatório de Gestão do Exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da DN TCU 084/2020.

Rio de Janeiro – 2021



Lista de Siglas e Abreviações:

CORECON – Conselho Regional de Economia

COFECON – Conselho Federal de Economia

SEREG – Secretaria de Registro

CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento

ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia

ART – Anotação de Responsabilidade Técnica

CAT – Certidão de Acervo Técnico

LTN – Letra do Tesouro Nacional

AEALC – Associação dos Economistas da América Latina e Caribe

PF – Pessoa Física

PJ – Pessoa Jurídica

ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas

CTC – Comissão de Tomada de Contas



Lista de tabelas

Tabela 1: Identificação da Entidade	9
Tabela 2: Estrutura Organizacional	10
Tabela 3: Total gasto com diárias.....	26
Tabela 4: Comparativo de Receitas 2020-2021	47
Tabela 5: Comparativo de Despesas 2020-2021	48
Tabela 6: Resultados da área fim	48
Tabela 7: Demonstração da Força de Trabalho	49
Tabela 8: Qualificação da Força de Trabalho	52
Tabela 9: Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade	53
Tabela 10 Terceirização de mão de obra	53
Tabela 11: Despesas com Pessoal	53
Tabela 12: Contratos terceirizados	54
Tabela 13: Transferência de recursos	56
Tabela 14: Balanço financeiro	57
Tabela 15: Demonstrativo das Variações Patrimoniais	58
Tabela 16: Balanço Patrimonial	59
Tabela 17: Balanço Orçamentário	60

Lista de Figuras

Figura 1: Organograma.....	11
Figura 2: Modelo de Negócios.....	13



Sumário:

Apresentação	6
1 – Mensagem da dirigente máxima da unidade	7
2 – Visão geral organizacional e ambiente externo	9
3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas	14
4 – Governança, Estratégia e Desempenho	15
5– Descrição das estruturas de governança	20
6 – Resultados e Desempenho da Gestão:	26
7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão	45
8- Demonstrações contábeis	57
9- Outras informações relevantes	60
Anexos e apêndices	62



Apresentação

Neste relatório, serão apresentados os resultados de todas as ações promovidas pelo Corecon-RJ em 2021, em conformidade com a legislação em vigor. Os projetos desenvolvidos em 2021 foram divididos em 5 áreas: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional. Cada um desses projetos reúne um conjunto de ações que foram desempenhadas por cada Secretaria da Autarquia.

A estrutura do relatório foi dividido da seguinte forma:

- 1 – Mensagem da dirigente máxima da unidade
 - 2 – Visão geral organizacional e ambiente externo
 - 3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas
 - 4 – Governança, Estratégia e Desempenho
 - 5 – Descrição das estruturas de governança
 - 6 – Resultados e Desempenho da Gestão:
 - 7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão
 - 8- Demonstrações contábeis
 - 9- Outras informações relevantes
- Anexos e apêndices

1 – Mensagem da dirigente máxima da unidade

Finalizado o exercício de 2021, o Corecon-RJ apresenta suas realizações no cumprimento de sua missão institucional, que é fiscalização do exercício da profissão de economista bem como buscar fortalecer o exercício da profissão de Economista, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as principais linhas de atuação da fiscalização, podemos destacar:

- Fiscalização de exercício profissional: Em 2021, foram abertos 96 processos de fiscalização pelo exercício ilegal da profissão de economista, sendo 76 contra pessoas físicas e 20 contra pessoas jurídicas.
- Processos ético-profissionais: Foram abertos 02 processos em 2021.
- Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Certidão de Acervo Técnico (CAT): Foram emitidas 78 ARTS (17 para pessoas jurídicas e 61 para pessoas físicas), e 3 (três) CATS (1 para pessoa jurídica e 2 para pessoa física).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas em virtude da pandemia do novo coronavírus Covid-19, o Corecon-RJ realizou e apoiou atividades que buscaram contribuir para a discussão de diversos temas ligados a ciência econômica. A maior iniciativa foi a promoção do documentário do cineasta Silvio Tendler, intitulado “A Bolsa ou a Vida” que foi disponibilizado através de uma sessão virtual gratuita no site Ecofalante (<https://ecofalante.org.br/>) para os economistas registrados no Corecon-RJ. O Corecon-RJ promoveu também no canal do Youtube um debate sobre o documentário com a participação do próprio cineasta Silvio Tendler e os economistas Paulo Nogueira Batista Jr. e Márcio Pochmann.

Outra ação de destaque foi a promoção de um ciclo de debates de temas abordados no livro “A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações”, organizado por Victor Leonardo de Araújo e Fernando Mattos. Composto por três debates transmitidos ao vivo pelo nosso canal no Youtube, o ciclo contou com a ilustre presença de Glória Moraes, Fernando Mattos, Luciana da Silva Ferreira, Carlos Pinkusfeld, Eduardo Pinto, Nelson Le Coq, Victor Araújo e Denise Gentil.

O CORECON-RJ concedeu apoios em 2021 a eventos promovidos por entidades que buscam o debate e a solução de problemas ligados à economia e à sociedade Brasileira, bem como Associações ligadas à Economia. Podem ser destacados: Ciclo de seminários promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos - IBEP: “O Brasil de nosso tempo – desenvolvimento, cultura e projeto nacional; evento “Marx e o Marxismo 2021: O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista”; 14º Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira - AKB; e XXXVI Congresso da ANGE.



Os objetivos traçados para o exercício de 2021 foram concluídos em parte ou, em alguns casos, estão em andamento. Destacamos que a situação financeira do Corecon-RJ, apesar da queda significativa na arrecadação em relação ao período pré-pandemia, encontra-se em recuperação.

Flávia Vinhaes Santos
Presidente



2 – Visão geral organizacional e ambiente externo

2.1 – Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão:

Tabela 1: Identificação da Entidade

Identificação da Entidade	
Denominação Completa: Conselho Regional de Economia - 1a Região/RJ	
Denominação Abreviada: Corecon-RJ	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 29.168.010/0001-12
Principal Atividade: Fiscalização Profissional	Código CNAE: 84.11-6
Telefone: 21-2103-0178 FAX: 21-2103-0106	
Endereço Eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br	
Página na Internet: www.corecon-rj.org.br	
Endereço Postal: Av. Rio Branco, n.º 109, 19º andar. Centro. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20.040-004	

2.1.1 – Finalidade e Competências Institucionais:

Fiscalização do exercício da profissão de economista e registro de pessoas jurídicas e físicas no estado do Rio de Janeiro.

2.1.2 – Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade:

- Normas de criação: Leis 1.411/51; 6.021/74; 6.206/75; 6.537/78; 6.839/80; 12.514/11. Decreto 31.794/52;
- Consolidação da legislação profissional do Economista editada pelo Conselho Federal de Economia;
- Regimento Interno do Conselho Regional de Economia da 1ª. Região – RJ;
- Resoluções Corecon-RJ n.º 01/2021 (Renovação do 2º Terço do Plenário), n.º 02/2021 (Eleição do Presidente e Vice-Presidente), n.º 03/2021 (Designação da Comissão de Tomada de Contas), n.º 04/2021 (Designação da Comissão de Licitação) e n.º 05/2021 (Designação dos responsáveis pela movimentação financeira e assinatura de cheques).
- Composição acionária do capital social e participação em outras sociedades: Não se aplica

2.1.3 – Breve Histórico da Entidade:

O Conselho Regional de Economia da 1ª Região é uma Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, instituída pela Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951; regulamentada pelo Decreto n.º

31.794, de 17 de novembro de 1952; com alterações dadas pelas Leis n.ºs 6.021, de 03 de janeiro de 1974 e 6.537, de 19 de junho de 1978. O Corecon do Estado do Rio de Janeiro, por ser o regional mais antigo é denominado como "1ª Região".

2.2 – Estrutura Organizacional

Tabela 2: Estrutura Organizacional

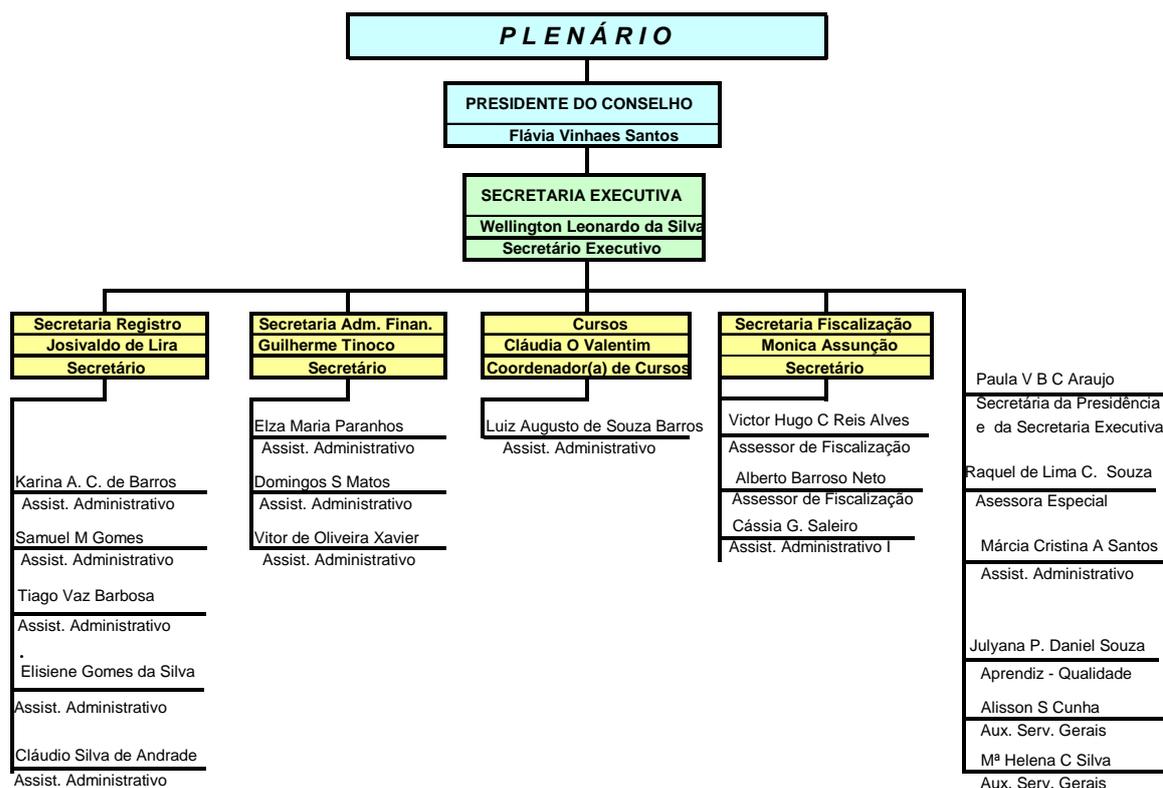
Áreas Estratégicas	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
Plenário	Instância deliberativa máxima da Autarquia, integrado por 09 (nove) conselheiros efetivos, substituíveis por suplentes em igual número, todos eleitos em conformidade com as disposições legais e infra legais mencionadas no subitem 1.2, responsável pela definição das macro ações a serem implementadas pelas Secretarias do Conselho	Não há titular para esta área	Conselheiro	Janeiro a Dezembro de 2021
Presidência	Órgão responsável pelo macro gerenciamento da Autarquia e acompanhamento da execução das ações definidas pelo Plenário, em função das competências jurídicas da Autarquia.	Flávia Vinhaes Santos	Presidente	Janeiro a Dezembro de 2021
Secretaria Executiva	Órgão executivo encarregado de coordenar a ação de todas as demais secretarias na execução das atividades definidas pelo Plenário e pela Presidência da Autarquia.	Wellington Leonardo da Silva	Secretário Executivo	Janeiro a Dezembro de 2021
Secretaria de Administração e Finanças	Encarregada de coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades vinculadas à gerência financeira, gestão de pessoal, compras, contas a pagar e conservação e controle dos bens patrimoniais.	Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos	Secretário de Adm. e Finanças	Janeiro a Dezembro de 2021
Secretaria de Fiscalização	Encarregada de efetuar a fiscalização do exercício profissional das pessoas físicas e jurídicas que operam no campo da ciência econômica, monitorar a obediência à legislação profissional pelos economistas,	Monica Assunção Silva	Secretária de Fiscalização	Janeiro a Dezembro de 2021

	empresas, promotores de concursos públicos e da condução técnica dos processos de ética.			
Secretaria de Registro	Encarregada de efetuar os registros das pessoas físicas e jurídicas, da cobrança administrativa e jurídica das anuidades devidas pelos registrados e de suas relações institucionais com a Autarquia.	Josivaldo de Lira	Secretário de Registro	Janeiro a Dezembro de 2021
Secretaria de Cursos	Encarregada de prospectar e coordenar a execução de cursos de aperfeiçoamento profissional para os economistas e alunos de economia.	Claudia Oliveira Colares Valentim	Coordenadora de Cursos	Janeiro a Dezembro de 2021

Figura 1: Organograma

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - RIO DE JANEIRO

ORGANOGRAMA COMPLETO - 2021





2.3 - Ambiente externo

Segundo a Pnad, o Estado do Rio de Janeiro teve o pior desempenho da região sudeste em relação ao desemprego, cuja taxa em dezembro de 2021 foi de 15,9%. O desemprego é um dos principais fatores impactantes na receita de anuidades do Corecon-RJ, considerando que muitos economistas solicitaram cancelamento ou suspensão de registro em função do desemprego, além daqueles que continuam na situação de ativos e inadimplentes. A crise econômica que ainda assola o Estado do Rio de Janeiro, aprofundada pela pandemia do novo coronavírus Covid-19, atingiu economistas, empresas e consultorias do ramo financeiro, elevando o número de cancelamento de registros neste Regional.

2.4 - Modelo de Negócios

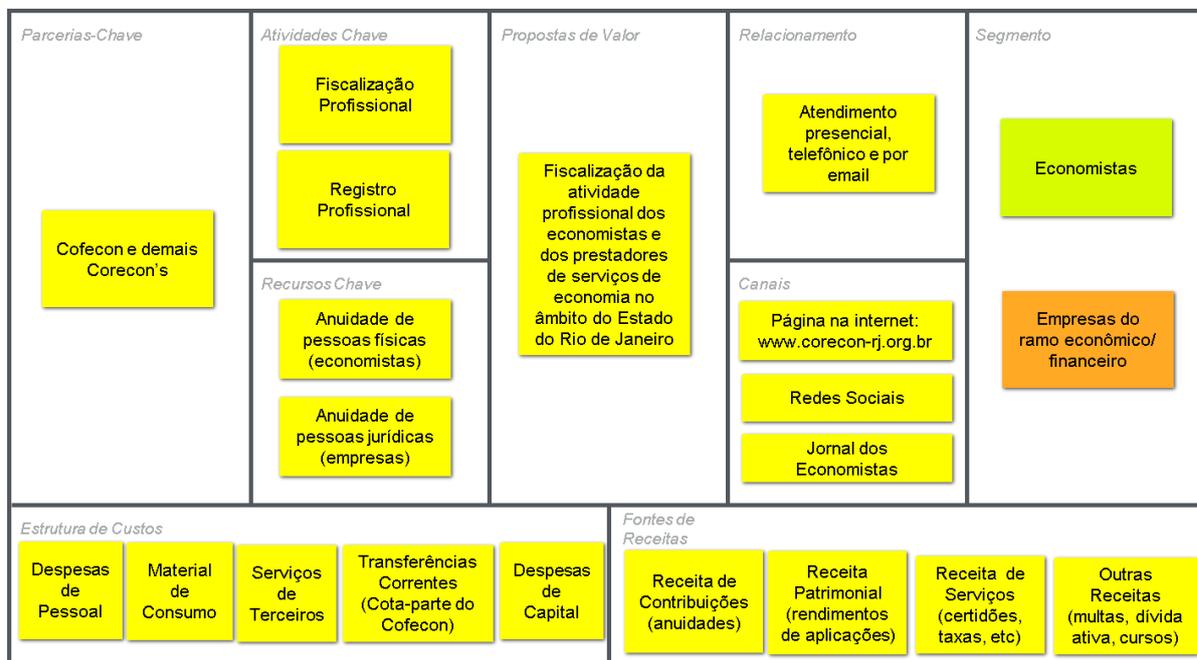
Conforme previsto na Lei nº 1.411 de 1951, que dispõe sobre a profissão de economista, o Corecon-RJ possui as seguintes fontes de recursos:

Art 11. Constitui renda dos C.R.E.P:

- a) 4/5 das multas aplicadas;*
- b) 4/5 da anuidade prevista no artigo 17;*
- c) 4/5 da taxa de registro facultativo de qualquer contrato, parecer ou documento profissional, a ser fixada no regimento interno do C.F.E.P;*
- d) doações e legados;*
- e) subvenções dos governos.*

Das fontes de recursos previstas em lei, as anuidades correntes de economistas e empresas registrados são as que compõem a maior parte das receitas do Corecon-RJ. As demais fontes de recursos são multas arrecadadas pelo exercício ilegal da profissão; rendimentos de aplicações financeiras (poupança e títulos públicos federais); emissão de carteiras e certidões; dívida ativa (anuidades em atraso) e receitas diversas (cursos e outros). Vinte por cento das receitas previstas em lei são repassadas ao Conselho Federal de Economia, que é o órgão responsável pela elaboração de normas e diretrizes para os conselhos regionais de economia. O modelo de negócios está ilustrado na Figura 2.

Figura 2: Modelo de Negócios



2.5 - Canais de acesso do cidadão:

O Corecon-RJ possui uma página na internet (www.corecon-rj.org.br) onde constam todas as informações relevantes às pessoas físicas e jurídicas registradas e ao público em geral. Entre os tópicos disponíveis na página, podemos destacar:

- Formalidades para o registro de pessoa física e jurídica: informações, formulários, documentação, etc;
- Jornal dos Economistas: versão em pdf de todas as edições do jornal a partir de 2001;
- Podcast “Entre Celsos e Marias”: Entrevistas e debates semanais sobre diversos temas da ciência econômica;
- Fiscalização: registro das ações da Secretaria de Fiscalização, espaço para apresentação de denúncias, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, etc;
- Legislação: leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão e as atividades do Corecon-RJ;
- Acesso a Informação: informações contábeis e financeiras dos últimos 5 anos e outras informações de gestão;

A página do Corecon-RJ conta ainda com diversos artigos, livros digitais, vídeos, convênios e informações sobre eventos promovidos por esta autarquia.



Em relação às formas de contato, a página do Corecon-RJ disponibiliza todos os telefones e e-mails dos responsáveis por cada secretaria ou setor.

Além da página na internet, o Corecon-RJ possui ainda contas no Facebook, Instagram e Twitter.

3- Riscos, Oportunidades e Perspectivas

3.1 – Cobrança de anuidades:

Responsável por mais da metade das receitas, a cobrança de anuidades correntes é a principal fonte de recursos do Corecon-RJ. Portanto, qualquer variação no índice de inadimplência de pessoas físicas e jurídicas, assim como o fluxo de novos registros e cancelamentos, impacta diretamente nas finanças da autarquia. De forma mitigar a inadimplência, o Corecon-RJ possui um controle sistemático em relação à cobrança de anuidades vigentes e passadas, fazendo recobranças periódicas de inadimplentes. Ainda assim, perdurando a inadimplência, o Corecon-RJ faz anualmente inscrições em dívida ativa e execução fiscal.

3.2 – Legislação

Quanto a obediência às leis e regulamentos, o Corecon-RJ segue às determinações do Tribunal de Contas da União, do Conselho Federal de Economia e às leis que regem a Administração Pública, em especial as Leis 4320/63 e 8666/93. O Corecon-RJ conta com uma Assessoria Jurídica externa para auxiliar em quaisquer demandas de natureza jurídica.

3.3 – Gestão de Pessoal:

Conforme determinação do TCU, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. Para dar conta de eventuais ações de cunho trabalhista, o Corecon-RJ possui Assessoria Jurídica especializada em direito do trabalho.

Atualmente, o Corecon-RJ possui uma pendência em termos trabalhistas (Processo N° 0769413-95.1900.4.02.5101) cujo reclamante pleiteia um valor aproximado de R\$2.000.000,00. A Administração do Corecon-RJ fez uma tentativa de acordo com o reclamante em 2018, porém sem sucesso. De forma dirimir os riscos de uma eventual decisão judicial desfavorável, o Corecon-RJ destinou créditos adicionais no orçamento especificamente para esta finalidade. Em 2020, a juíza responsável pelo julgamento do processo ordenou o bloqueio de R\$2.008.774,07 nas contas do Corecon-RJ.

Aqui cabe destacar, especialmente, as decisões dos juízes de primeira instância que vem proferindo sentenças submetendo a relação trabalhista, entre os conselhos de fiscalização profissional e seus empregados, ao Regime Jurídico Único, sem que esteja



claro quem arcará com os respectivos custos envolvidos, os quais essas autarquias especiais não têm como suportar. Aos encarregados da realização de concursos públicos nos governos federal, estaduais, municipais e em empresas públicas, que os tem promovido ao arpejo das leis que regulamentam as profissões, denominando, não só economistas, mas também profissionais de várias outras formações de "analistas", "técnicos" e que tais.

3.4 – Aplicações financeiras:

O Corecon-RJ segue as determinações do TCU quanto a aplicação financeira. Os recursos estão aplicados em poupança e em títulos públicos, eliminando qualquer risco de perdas com investimentos (Acórdão TCU 03/2003– Ata 01/2003 – Plenário; Acórdão TCU 120/2003 - Ata 05/2003 – Plenário). Em 2021, os recursos foram mantidos em poupança e no fundo BB Setor Público Diferenciado, que possui maior liquidez e é lastreado em títulos públicos.

4 – Governança, Estratégia e Desempenho

4.1– Principais objetivos estratégicos, com especificação de planos para implementar as prioridades estratégicas da gestão

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2021 teve como fio condutor a linha de planejamento estratégico, iniciado há 20 anos na Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade, de forma a capacitá-la para o cumprimento de sua missão institucional, tendo como prioridades os esforços para promover a valorização profissional do economista; a fiscalização do exercício profissional; garantir a potencialidade da capacidade financeira via ingresso de novos registros, manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, pela ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, instituições de ensino superior, organizações não governamentais e imprensa.

As ações que compunham o Plano de Trabalho foram classificadas em cinco projetos, a saber:

- Projeto 1 – Valorização da profissão
- Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora
- Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa
- Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira

Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional

4.1.1 – Valorização da Profissão

4.1.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais Conselhos Regionais e o Conselho Federal;

4.1.1.2 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do economista a partir da legislação existente;

4.1.1.3 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

4.1.1.4 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições;

4.1.1.5 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado;

4.1.1.6 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado;

4.1.1.7 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários;

4.1.1.8 – realizar a Gincana Estadual de Economia;

4.1.1.9 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico para os economistas em situação regular perante o Conselho;

4.1.1.10 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado;

4.1.1.11 – acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nossa página na Internet;

4.1.1.12 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor;

4.1.1.13 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista;

4.1.1.14 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista;

4.1.1.15 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet;

4.1.1.16 – manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca, priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento;

4.1.1.17 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico;



4.1.1.18 – aproximar os estudantes de Economia do estado ao Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONs de caráter nacional e regional.

4.1.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

4.1.2.1 – manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases;

4.1.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos;

4.1.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registros as informações que conseguir;

4.1.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos;

4.1.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização;

4.1.2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado;

4.1.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro;

4.1.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam;

4.1.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas;

4.1.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro;

4.1.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com a Junta Comercial do Estado, o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica;

4.1.2.12 – firmar convênio com a e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior;

4.1.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional;

4.1.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão;

4.1.2.15 – iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental;

4.1.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional;

- 4.1.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria;
- 4.1.2.18 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional;
- 4.1.2.19 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do CORECON-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro;
- 4.1.2.20 – elevar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2019;
- 4.1.2.21 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas;
- 4.1.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais;
- 4.1.2.23 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista;
- 4.1.2.24 – utilizar a oferta de cursos e convênios, além da Biblioteca, como emuladores de processos de fiscalização;

4.1.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

- 4.1.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno;
- 4.1.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais;
- 4.1.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental;
- 4.1.3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos;
- 4.1.3.5 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso;
- 4.1.3.6 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas;
- 4.1.3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão;
- 4.1.3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos;
- 4.1.3.9 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados;
- 4.1.3.10 – prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade;
- 4.1.3.11 – continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado, assim como planejar e realizar o inventário anual da Biblioteca, a fim de corrigir possíveis incompatibilidades entre acervo e sistema;
- 4.1.3.12 – reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas, adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, o acervo da Biblioteca;
- 4.1.3.13 – prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca;

4.1.3.14 – continuar promovendo a descrição do conteúdo dos documentos, a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo, de modo a facilitar o acesso, localização, utilização e intercâmbio, e difundir sua existência;

4.1.3.15 – continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas possibilitando o acesso a documentos e publicações não existentes em nosso acervo, principalmente com temas relacionados ao desenvolvimento econômico;

4.1.3.16 – continuar desenvolvendo os produtos e serviços oferecidos no espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet;

4.1.3.17 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional ao conjunto dos empregados da Autarquia;

4.1.3.18 – criar ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho;

4.1.3.19 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na SEREG, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos;

4.1.3.20 – disponibilizar ao público uma caixa de reclamações, sugestões e elogios na SEREG;

4.1.4 – Potencialização da capacidade financeira

4.1.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes;

4.1.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário;

4.1.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos;

4.1.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas;

4.1.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização;

4.1.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional;

4.1.4.7 – intensificar a política de aplicação das reservas financeiras em títulos públicos;

4.1.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las;

4.1.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

4.1.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil;

4.1.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional;

4.1.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico;

4.1.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento;

- 4.1.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições;
- 4.1.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica;
- 4.1.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares;
- 4.1.5.8 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica;
- 4.1.5.9 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica;
- 4.1.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos;
- 4.1.5.11 – contribuir na viabilização do Congresso Brasileiro de Economia de 2021;

5– Descrição das estruturas de governança

5.1. –Comissões de Trabalho:

Em 2021, atuaram doze comissões de trabalho, criadas pelo Plenário, compostas pelos seguintes conselheiros não remunerados:

5.1.1 – Alienação de bens

Conselheira Clician do Couto Oliveira

5.1.2 – Análise do acervo da Biblioteca

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

5.1.3 – Conselho Editorial do Jornal dos Economistas

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes

Conselheiro João Hallak Neto

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares

Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa

Conselheiro Fernando D' Angelo Machado

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva

Economista Paulo Sergio Souto

5.1.4 – Cursos



Conselheira Clician do Couto Oliveira
Conselheiro Gustavo Souto de Noronha
Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

5.1.5 – Licitações

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes (Titular)
Conselheira Clician do Couto Oliveira (Suplente)
Funcionários: Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos e Monica Assunção Silva

5.1.6 – Fórum Popular do Orçamento

Economista Luis Mário Behnken - Coordenador

5.1.7 – Política Econômica

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares
Conselheira Clician do Couto Oliveira
Conselheira Flávia Vinhaes Santos
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro João Hallack Neto
Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva

5.1.8 – Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado

Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheira Flávia Vinhaes Santos

5.1.9 – Relações com instituições acadêmicas

Conselheira Clician do Couto Oliveira
Conselheira Flávia Vinhaes Santos
Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Conselheiro João Hallack Neto

5.1.10 – Semana do Economista

Conselheira Clician do Couto Oliveira
Conselheira Flávia Vinhaes Santos
Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

5.1.11 – Tomada de Contas

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro João Hallack Neto
Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos



Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro Antônio dos Santos Magalhães

5.1.12 – Comunicação

Conselheiro Gustavo Souto de Noronha
Conselheira Clícian do Couto Oliveira
Conselheira Flávia Vinhaes Santos
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes
Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

5.1.13 – Prêmio de Dissertação Economista Carlos Lessa

Conselheira Flávia Vinhaes Santos
Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

5.2 – Relação dos dirigentes:

5.2.1 – Conselheiros Efetivos

1º TERÇO: (2020-2022)

Arthur Camara Cardozo
Marcelo Pereira Fernandes
Sidney Pascoutto da Rocha

2º TERÇO: (2021-2023)

Antônio dos Santos Magalhães
Flávia Vinhaes Santos
Fernando D'Angelo Machado

3º TERÇO: (2019-2021)

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Thiago Leone Mitidieri
José Antonio Lutterbach Soares

5.2.2 – Conselheiros Suplentes

1º TERÇO: (2020-2022)

Gustavo Souto de Noronha



João Hallak Neto
Regina Lúcia Gadiolli dos Santos

2º TERÇO: (2021-2023)

Cesar Homero Fernandes Lopes
Gilberto Caputo Santos
Miguel Antônio Pinho Bruno

3º TERÇO: (2019-2021)

José Ricardo de Moraes Lopes
Clician do Couto Oliveira

5.3 – Estrutura Administrativa: Todos os ocupantes a partir daqui são empregados remunerados.

5.3.1 – Secretaria Executiva: Encarregada da supervisão de todas as demais secretarias e da execução das ações definidas pelo Plenário.

Composição:

Secretário Executivo: Chefia a Secretaria e todas as demais. Ocupada em 2021 pelo Economista Wellington Leonardo da Silva.

Secretária do Presidente e do Secretário Executivo: Paula Vanessa Bastos C. de Araújo
Assessora Esp. da Secretaria Exec. e Presidência: Raquel de Lima da Cunha e Souza

Assistente Administrativo: Márcia Cristina Ayres dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais: Alisson Souza Cunha

Auxiliar de Serviços Gerais: Maria Helena Conceição da Silva

Aprendiz- Qualidade em Serviços Administrativos: Julyana Pereira Daniel Souza

5.3.2 – Secretaria de Administração e Finanças: Encarregada da gestão de pessoal, contas a pagar, compras e manutenção e do acompanhamento da execução de contratos e da interface com a contabilidade. Seu ocupante é o substituto do Secretário Executivo em seus impedimentos.

Composição:

Secretário de Adm e Finanças: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2021 pelo Economista Guilherme Tinoco O. dos Anjos.

Assistente Administrativo: Elza Maria Paranhos de Andrades

Assistente Administrativo: Domingos da Silva Matos

Assistente Administrativo: Vitor de Oliveira Xavier

5.3.3 – Secretaria de Registros: Encarregada do registro das pessoas físicas e jurídicas, emissão da carteira de identidade profissional dos economistas, das interfaces dos registrados com a Autarquia, da cobrança das anuidades devidas e da relação com a



Assessoria Jurídicas nos processos de execução fiscal e nos derivados de cancelamentos de registros.

Composição:

Secretário de Registro: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2021 pelo Economista Josivaldo de Lira.

Assistente Administrativo: Samuel Moreira Gomes

Assistente Administrativo: Elisiene Gomes da Silva e Silva

Assistente Administrativa: Karina Aparecida Costa de Barros

Assistente Administrativo: Thiago Vaz Barbosa

Assistente Administrativo: Cláudio Silva de Andrade

5.3.4 – Secretaria de Fiscalização: Encarregada da fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, que exercem a profissão, do monitoramento dos concursos públicos e das ofertas de trabalho existentes no mercado, de forma a preservar as prerrogativas profissionais dos economistas, da instrução e condução dos processos de ética profissional e da relação com a Assessoria Jurídica no que diz respeito aos processos administrativos sob sua responsabilidade.

Composição:

Secretária de Fiscalização: Exerce a chefia imediata na Secretaria e seu ocupante em 2021 foi a Economista Monica Assunção Silva.

Assessor de Fiscalização: Economista Victor Hugo Campos Reis Alves

Assessor de Fiscalização: Economista Alberto Barroso Neto

Assistente Administrativo I/Fiscalização: Cássia Gammara Saleiro

5.3.5 – Cursos: Responsável pela gestão dos cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela Autarquia.

Composição:

Coordenadora: Exerceu a chefia imediata em 2021 a Sra. Claudia Oliveira Colares Valentim.

Assistente Administrativo: Luiz Augusto de Souza Barros

5.3.6 – Assessorias Externas:

Contábil: Manager, Auditoria, Consultoria e Contabilidade Ltda.

Jurídica: Peixinho, Cacao & Pires, Consultoria & Advogados Associados

Imprensa: Diagrama Comunicação

Informática: Spectranet Consultoria Ltda

5.4 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna:

No que diz respeito à estrutura e procedimentos de controles internos a responsabilidade é da Secretaria de Administração e Finanças supervisionada pela Secretaria Executiva. Eles também são analisados e checados pela Assessoria Contábil externa, pela Comissão de Tomada de Contas interna e pelo Plenário que discute e aprova ou não



seus relatórios, e pela Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Economia e por seu Plenário, que analisam e aprovam, ou não, as prestações de contas trimestrais e anuais.

5.5 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada:

Em 2021 não foi contratada empresa de auditoria independente

5.6 – Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos:

Não foram apontadas quaisquer não-conformidades e ilícitos por parte das Comissões de Tomada de Contas interna e externa.

5.7 - Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

5.7.1 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Corecon-RJ ainda não possui um sistema específico de avaliação capaz de medir a satisfação dos registrados e do público em geral, porém as reclamações são destinadas e tratadas no âmbito de cada secretaria.

5.7.2 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A página do Corecon-RJ na internet possui um item destinado a Prestação de Contas, onde são apresentados todos os cheques emitidos por mês pelo Corecon-RJ nos últimos cinco anos, contendo data, beneficiário, descrição da despesa e valor. São apresentados ainda os balancetes orçamentários e financeiros de cada exercício – Comparativo de Receitas e Despesas, Balanço Financeiro, Demonstrativo de Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial.

Além da Prestação de Contas, consta também um link específico de “Acesso a Informação” com todas as informações relevantes sobre a gestão da unidade.

5.7.3 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em virtude do Corecon-RJ estar localizado num prédio comercial, que conta com quatro elevadores em frente à portaria, não há qualquer obstáculo para o acesso de pessoas deficientes. Os dois andares pertencentes ao Corecon-RJ são planos, não havendo qualquer problema de mobilidade. Mesmo assim, em alguns casos especiais e havendo necessidade presencial, quando comprovada a dificuldade de locomoção, o Corecon-RJ envia o portador à residência do registrado ou interessado. Durante a pandemia, parte do atendimento ao público foi prestado através de email.



A Secretaria de Registro, através de solicitação, remete as carteiras de identidade profissional, via correio, aos economistas que residem fora do município do Rio de Janeiro.

5.8 – Valor gasto com Fiscalização

Em 2021, o valor gasto com a atividade-fim do Corecon-RJ, Fiscalização, foi de R\$543.351,48. Este valor engloba os gastos com salários, encargos, benefícios, etc. O Corecon-RJ não possui automóveis e telefones celulares. Não houve concessão de diárias a empregados da Secretaria de Fiscalização em 2021.

5.9 – Valor gasto com Diárias de Conselheiros

Na tabela abaixo constam os valores totais de diárias concedidas aos Conselheiros no exercício de 2021. As diárias foram concedidas em função de viagem para eventos de interesse do Corecon-RJ e localizados fora da cidade do Rio de Janeiro. Não há pagamento de jetons e outro benefícios aos Conselheiros em virtude do cargo.

Tabela 3: Total gasto com diárias

Total de Diárias em R\$ concedidas a Conselheiros - 2021	
Flávia Vinhaes Santos	R\$ 2.900,00
José Antonio Lutterbach Soares	R\$ 2.175,00
Total	R\$ 4.350,00

6 – Resultados e Desempenho da Gestão:

6.1- Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

Conforme ações detalhadas no item 4.1, seguem os resultados quantitativos e qualitativos alcançados para as ações previstas no exercício de 2021:

6.1.1 – Valorização da Profissão

6.1.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais conselhos regionais e o Conselho Federal: A atuação restringiu-se aos processos de fiscalização no Estado.

6.1.1.2 - Contribuir para o detalhamento do campo de atuação do profissional Economista a partir da legislação existente: No dia 13 de novembro de 2013 foi encaminhado, ainda na antiga gestão da Secretaria de Fiscalização, para análise da Secretaria Executiva, um esboço inicial do material que poderá ser fornecido aos

estudantes de Ciências Econômicas no intuito de orientá-los sobre os aspectos legais da profissão, bem como em relação às principais atividades a ela pertinentes. Como não foi aprovado até o ano de 2021, a Secretaria de Fiscalização irá elaborar novo material no ano de 2022, para aprovação. Além disso, em 2019 foi dada continuidade a ação junto às Prefeituras, cuja finalidade é verificar se as atividades de economia e finanças desenvolvidas estão sendo realizadas por profissionais habilitados, com formação em Ciências Econômicas e o devido registro em Conselho Regional de Economia. Tal ação serve para detalhar o campo de atuação profissional dos economistas nas áreas de planejamento, execução e controle de políticas setoriais que visam o desenvolvimento dos Municípios. Ademais, esclarecimentos pontuais são fornecidos às pessoas físicas e jurídicas que entram em contato com a Secretaria, assim como participação em eventos, visando disseminar o conhecimento e trocar experiência com outros Corecons. Tais ações foram prejudicadas pela pandemia em 2020, mas estão sendo retomadas, mesmo que paulatinamente.

6.1.1.3 – Acompanhar as oportunidades de trabalho e situação dos profissionais peritos cadastrados junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: Foi localizada, no site do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, uma listagem contendo todos os economistas peritos autorizados a atuar em processos judiciais. Essa listagem é atualizada todo mês, o que facilita o trabalho desta Secretaria de Fiscalização no sentido de acompanhar o número de economistas peritos cadastrados, e suas situações cadastrais e financeiras junto ao Corecon-RJ. A última verificação feita em 2021 foi no mês de dezembro, onde foram identificados 148 (cento e quarenta e oito) peritos economistas atuando no Estado do Rio de Janeiro. Deste total, 23 (vinte e três) estavam com algum débito com o Corecon-RJ. Os profissionais serão notificados no ano de 2022. Ademais, 2 (dois) constam como suspensos no cadastro, 3 (três) como cancelados e 10 (dez) com registro em outro Corecon. Os casos serão analisados individualmente, também em 2022.

6.1.1.4 – Ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de Economia, participando de atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições: A Secretaria de Fiscalização acredita que conseguiu estabelecer uma maior interação após ter assumido a Gincana dos Estudantes. Entretanto, em função da pandemia iniciada em 2020, a décima edição foi cancelada, mas em 2021 conseguimos retomar a atividade, mesmo que de forma remota. Foram enviados correios eletrônicos para as Universidades, com material de divulgação, além de ampla publicidade nas redes sociais e no site do Conselho. O jogo foi disputado individualmente e tivemos 68 inscritos para a etapa regional, que consagrou a estudante Marília Campos de Oliveira, da UERJ, como vencedora.

6.1.1.5 – Promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado: As poucas tentativas de contato realizadas por esta Secretaria de Fiscalização, no passado, não geraram nenhum resultado, o que demonstra a

dificuldade de se estabelecer tal atividade. Em função pandemia de 2020, que continuou afetando o retorno das aulas presenciais durante o ano de 2021, não foi possível realizar nenhuma ação nesse sentido.

6.1.1.6 – Apoiar e ajudar a organizar o encontro anual das Universidades do Estado: A possível aproximação com as Universidades poderá possibilitar o desenvolvimento desta ação. Isso dependerá das ações desenvolvidas nos itens 6.1.1.5 e 6.1.1.6, pois será necessário ter um bom relacionamento com os estudantes e com a direção das Universidades, permitindo o acesso do Corecon-RJ nas dependências, e no calendário acadêmico. Com a continuação da pandemia durante todo o ano de 2021, as aulas não foram retomadas presencialmente, o que inviabiliza qualquer ação nesse sentido.

6.1.1.7 – Editar material divulgando as atividades profissionais do Economista destinado aos estudantes universitários: O material citado no item 6.1.1.3 servirá de base para elaboração do material de divulgação para os estudantes universitários. Ademais, o site do Corecon-RJ possui, no campo de Legislação, o item de Áreas de atuação do Economista, que pode ser acessado por qualquer visitante.

6.1.1.8 – Realizar a Décima Gincana Estadual de Economia: No ano de 2021, a Secretaria de Fiscalização auxiliou o Conselho Federal de Economia na realização da X Gincana Nacional de Economia. Diferentemente dos outros anos, não houve etapa regional promovida pelo Conselho Regional, e sim pelo próprio Conselho Federal, ficando a cargo do Corecon-RJ apenas a seleção do melhor vídeo enviado pelos alunos finalistas da etapa regional. A estudante Marília Campos de Oliveira, da UERJ foi a vencedora, e representou o Estado do Rio de Janeiro na etapa nacional.

6.1.1.9 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico para os economistas em situação regular perante o Conselho: Durante o ano de 2021, o cumprimento deste item se deu através da realização de 4 cursos, sendo 1 gratuito.

Cursos ministrados:

- Curso Atualização em Economia: preparatório para exame da Anpec 2021 - Aulas On-line | Ao vivo disciplina Matemática.
Carga horária: 139h45 no período de 07/04 a 15/09/2021.
Professor: André Gaglianone de Almeida Kasprzykowski.
 - Quantidade de pré-inscrições de 2019 e 2021: 35
 - Quantidade de alunos matriculados: 10
 - Quantidade de alunos concluintes: 06
 - Numero de alunos que foram aprovados na ANPEC: 06
- Curso Perícia Judicial Econômica - Aulas On-line | Ao vivo.
Carga horária: 69h no período de 08/06 a 21/10/2021.
Professores: Prof^a. Larissa Pinel Vieira Sena e Prof. Luiz Claudio Gutierrez Duarte

- Pré-inscrições para o curso: 64
 - Alunos matriculados: 30
 - Cancelamentos: 07
 - Alunos que concluíram: 23
- Curso Intensivão Anpec 2021 – Via Exercícios Chaves - Aulas On-line | Ao vivo
Carga horária: 108h no período de 14/07 a 23/09/2021.
Professores:
Prof. André Gaglianone de Almeida Kasprzykowski disciplinas de Matemática com 13h e Estatística I com 9h
Prof. Gilberto dos Santos Carvalho disciplina Econ. Brasileira com 09 horas-aulas.
Prof. Paulo Henrique Coelho Maranhão disciplina Estatística II com 09 horas-aulas.
Prof. Fellipe de Oliveira Pinto disciplina Estatística III com 09 horas-aulas.
Prof. Thiago de Moraes Moreira disciplina Macroeconomia I com 27 horas-aulas.
Prof. Antonio Carlos Jesus Assumpção disciplina Microeconomia com 23 horas-aulas e Macroeconomia II com 15 horas-aulas.
- Quantidade de pré-inscrições de 2019 e 2021: 45
- Quantidade de alunos matriculados: 10
 - Curso gratuito Temas em Conjuntura Econômica 2021 - Aulas On-line | Ao vivo.
Carga horária: 12h no período de 12/11 a 29/11/2021.
Professores:
1º encontro dia 08 nov - Eduardo Pinto (UFRJ) e Carlos Pinkusfeld (UFRJ) - “Conjuntura Internacional”
2º encontro dia 12 nov - João Hallak (IBGE) e Denise Guichard Freire (IBGE) - “Renda e mercado de trabalho”
3º encontro dia 19 nov - Gustavo Noronha (INCRA) e Gilberto Marques (UFPA) - “Questão agrária”
4º encontro dia 22 nov - Victor Leonardo de Araújo (UFF) - Fernanda Feil (Pesquisadora de Pós-doutorado na Faculdade de Economia/UFF) - “Macroeconomia”
5º encontro dia 26 nov - Clician do Couto (Conselheira CORECON-RJ) e Ariana Martins de Brito (Coordenadora de Produção de Conhecimento (FGV-CEIPE) e Pesquisadora Associada do CEDE-UFF) – “Saúde e educação”
6º encontro dia 29 nov - Fernando D’Angelo (Doutorando PPGE-UFF) e Ildo Sauer (USP) - “Questão energética”
- Quantidade de pré-inscrições: 116
- Quantidade de alunos concluíram: 63
- Alunos que concluíram o curso com 100% frequência: 23

6.1.1.10 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado: Em sua 30ª edição, foram premiados três trabalhos dentre os vinte e três enviados pelas seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Mercados Capitais – IBMEC (1); Universidade do



Estado do Rio de Janeiro – UERJ (1); Universidade Cândido Mendes – UCAM (1); Universidade Federal Fluminense - Campos (3), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios (2); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (3); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Nova Iguaçu (3); Universidade Federal do Rio de Janeiro (3); Universidade Federal Fluminense (3); Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio (1); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2);

Primeiro Lugar: “Análise dos impactos ambientais da agropecuária no centro-oeste brasileiro”.

Autor: Izabelli Barreto Cardoso

Instituição: UFF - Campos

Segundo Lugar: “Uma análise comparativa entre o regime de repartição do Brasil e o regime de capitalização do Chile”.

Autor: João Lucas Moreira Moura

Instituição: UFF

Terceiro Lugar: “Uma avaliação da relação entre o crescimento econômico e a desigualdade e renda para os estados brasileiros”.

Autora: Aline de Souza Vicente

Instituição: UFRRJ – Três Rios

6.1.1.11 – Acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nossa página na internet: Esta tarefa é realizada de acordo com a demanda, que chega por e-mail, ou através de verificação por partes dos funcionários da Secretaria de Fiscalização. Por 2021 ainda ter sido um ano de pandemia, dando continuidade ao trabalho remoto e à crise econômica, não houve qualquer verificação, ou solicitação, de inclusão de oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nosso site.

6.1.1.12 – Efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o Economista está capacitado, junto a governos, autarquias, empresas públicas e privadas, órgãos governamentais, e terceiro setor: A ação implementada em 2013, visando a fiscalização das Prefeituras do Rio de Janeiro, teve o objetivo de divulgar o elenco de atividades profissionais para as quais o Economista está capacitado. Essa atividade teve continuidade no ano de 2021, mas de forma muito pontual, em função da pandemia.

6.1.1.13 – Continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista: Em 2021, não houve abertura de concursos públicos na área de economia e finanças, em função da continuidade da pandemia. No caso das empresas de RH, a Secretaria de Fiscalização chegou a abrir processo quando verificava uma vaga oferecida para determinada contratante sendo ofertada por empresa de RH, mas sempre havia a alegação de que a responsabilidade pelos requisitos da vaga

seria da empresa contratante, e que não poderia fornecer o nome da contratante, pois existia um termo de confidencialidade. A nossa Assessoria Jurídica falou que não poderíamos fazer nada, somente ofícios informativos. Desta forma, a Secretaria de Fiscalização tem evitado instaurar processos dessa natureza, pois somente envolve custos e não resultam em registros ativos.

6.1.1.14 – Continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos Editais e de convocação dos aprovados para os cargos de Economistas: Como já adiantado, não houve nenhuma verificação de abertura de concurso público para área de economia e finanças em 2021, em função da pandemia. A Secretaria de Fiscalização pretende realizar, no ano de 2022, a depender da total imunização da população, uma pesquisa para o levantamento das principais organizadoras de concursos públicos, cujo objetivo será o envio de Ofício informativo da profissão do economista. Essa ação estava prevista para 2020, mas com a disseminação da pandemia, e sua continuidade em 2021, será adiada para 2022, na esperança de uma melhora nesse cenário. Apesar das Instituições alegarem não possuírem ingerência sobre os Editais publicados, a conscientização é sempre importante como forma de prevenir que vagas privativas de economistas sejam oferecidas para profissionais sem a devida qualificação profissional. Ademais, será solicitado ao Cofecon que realize uma ação junto as maiores empresas do Brasil, visando reforçar a importância da contratação de economistas, uma vez que muitas estão substituindo o cargo de Economista por cargos como Analista ou Tecnologistas, e contratando profissionais com as mais diversas graduações para desempenho de atividades na área de economia e finanças.

6.1.1.15 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet: Ação não realizada.

6.1.1.16 – manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca, priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento: Por decisão Plenária, a Biblioteca encerrou suas atividades em 2021.

6.1.1.17 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico: Essa divulgação ocorre de maneira permanente no site do Corecon-RJ, e pelo menos duas vezes por ano através de publicação no Jornal dos Economistas. Foram emitidas 78 (setenta e oito) ARTS (dezesete para pessoas jurídicas e sessenta e uma para pessoas físicas), e 3 (três) CATS (uma para pessoa jurídica e duas para pessoa física).



6.1.1.18 – aproximar os estudantes de Economia do estado ao Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONs de caráter nacional e regional: Ação não realizada em função da pandemia.

6.1.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

6.1.2.1 – Manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases: Após a adoção de planilha de controle dos prazos dos processos administrativos de fiscalização, e do manual de elaboração dos procedimentos ético-profissionais, ambos os tipos de processos começaram a ser tratados de maneira mais eficaz e com maior celeridade, o que pode ser comprovado através da redução do tempo médio de andamento dos referidos processos.

6.1.2.2 – Dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos: Dos 25 (vinte e cinco) registros oriundos de ações realizadas pela Secretaria de Fiscalização no ano de 2021, nenhum foi reativação de registro cancelado. Com relação a registros provisórios vencidos, a Secretaria de Fiscalização também não conseguiu identificar nenhuma situação. Houve apenas a reversão de um caso de registro suspenso, pois a Secretaria de Fiscalização conseguiu verificar que o profissional havia voltado a atuar.

6.1.2.3 – Promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registro as informações que conseguir: A Secretaria promove, de maneira pontual, ação de quitação de débitos de anuidades de pessoas físicas e jurídicas. No ano de 2021, a Secretaria de Fiscalização deu prioridade na atualização dos processos, que ficaram parados durante o ano de 2020, em função da pandemia, o que não possibilitou a realização desta atividade. Com a implantação de novo sistema, no final de 2021, a Secretaria de Fiscalização ainda precisará de tempo para aprender como gerar os relatórios de inadimplência, para auxiliar a Secretaria de Registro nesta atividade.

6.1.2.4 – Identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos Economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos: Nenhum registro de 2021 foi de economista responsável por empresa registrada no Corecon-RJ. Houve apenas o registro de um economista que se registrou pelo fato da empresa possuir processo de fiscalização – que também resultou em registro. Após o aprendizado sobre geração de relatórios no novo sistema implementado, a Secretaria de Fiscalização também poderá emitir listagem das empresas sem economista responsável, visando sanar essa irregularidade.

6.1.2.5 – Aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização: Por ter sido um ano de retomada das atividades, após o período de trabalho remoto em 2020, a prioridade foi dar andamento aos processos já instaurados, não havendo muita interação com a Secretaria de Registros. Essa colaboração sempre ocorreu, mas de forma pontual. No ano de 2021, não foram contabilizados quantos processos de registros, transferências ou cancelamentos geraram processos de fiscalização, mas não foram muitos, por questão de prioridade no tratamento dos processos em andamento.

6.1.2.6 – Continuar investindo na identificação e conseqüente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com registro cancelado: Como já adiantado no item 6.2.2.2, nenhum dos 25 (vinte e cinco) registros novos foi de reativação de registro cancelado – sendo somente um de registro suspenso. No caso das pessoas jurídicas, é muito raro de verificar, pois normalmente o cancelamento ocorre ou por encerramento das atividades, e no caso de extinção de número de CNPJ, ou por decisão judicial, o que impede a Secretaria de Fiscalização de instaurar um novo processo administrativo.

6.1.2.7 - Intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro: Após a ciência do Parecer 134/2014 – Cofecon, o Corecon-RJ encerrou todos os processos administrativos que tinham como objetivo o registro das empresas de mercado financeiro neste Conselho. Após Ofício enviado pelo Corecon-RJ ao Cofecon, informando que estava sofrendo perdas financeiras com processos judiciais contra empresas de mercado financeiro, o Cofecon sugeriu que tais empresas não fossem mais alvos de fiscalização. Assim sendo, todos os processos administrativos que possuíam essa finalidade foram encerrados, restando apenas os judiciais em andamento. Entretanto, as empresas de mercado financeiro podem sofrer processos de fiscalização, no intuito de obter informações sobre o funcionário responsável pelas análises econômicas da empresa, essencial no mercado financeiro. Assim, apesar da queda no número de processos abertos para empresas dessa natureza, houve abertura de 02 (dois) processos contra empresas do mercado financeiro em 2021, visando obtenção de informação sobre seus funcionários.

6.1.2.8 – Notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens dos Economistas que nelas atuam: a ação não foi desenvolvida em 2021, tendo sido realizada apenas parcialmente, através de verificações pontuais.

6.1.2.9 – Manter a política de executar ações de fiscalização sobre as Secretarias de Fazenda e de Planejamento do Governo do Estado, dos Municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos Economistas: A ação é contínua e, após a abertura dos processos de fiscalização contra as Prefeituras do



Rio de Janeiro, a Secretaria de Fiscalização já possui a informação de que diversas delas estão agindo dentro da Lei, com economista responsável pelas Secretarias atuando na área de economia e finanças do município. Assim, a Secretaria de Fiscalização entende que vem mantendo a política de executar ações de fiscalização nos Órgãos citados.

6.1.2.10 – Aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as Prefeituras Municipais dos Estados do Rio de Janeiro: O objetivo para o ano de 2021 era empreender esforços visando a finalização da ação implementada no ano de 2013, referente à obrigatoriedade das Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro que possuem Secretarias relacionadas às atividades de economia e finanças, a indicarem o economista responsável pela realização de tais atividades; e de manter um relacionamento cordial e mais próximo com as 92 (noventa e duas) Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, através do auxílio para elaboração de editais de concursos públicos e de orientação para contratação de empresas devidamente registradas no Corecon-RJ, quando houver necessidade de realização de atividades na área de economia e finanças de forma pontual. Como alguns processos ainda estão na justiça, e também em função da pandemia, essa atividade não pôde ser finalizada.

6.1.2.11 – Explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisas, tais como o convênio firmado com o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-RIO), o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de Economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas à Ciência Econômica: Em função da pandemia da covid-19, as ações da fiscalização referentes ao convênio firmado com a CDL Rio não puderam ser implementadas. Com relação às outras fontes de pesquisa, pode-se observar, na tabela abaixo, que dos 25 (vinte e cinco) registros novos, 21 (vinte e um) foram derivados de pesquisas na internet e nas redes sociais. No caso das pessoas jurídicas, foram 2 (dois) registros, sendo 1 (um) registro derivado da pesquisa através do Procob.

6.1.2.12 – Firmar convênio com a Junta Comercial do Estado, e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior: Foi realizado, em 2016, convênio com a Junta Comercial do Rio de Janeiro. A Secretaria de Fiscalização solicitou informações sobre empresas sediadas em Campos dos Goytacazes e Macaé, mas não obteve resultados significativos. No ano de 2017, a Secretaria de Fiscalização direcionou os esforços para as empresas sediadas na cidade do Rio de Janeiro, também através da listagem obtida junto à JUCERJA. Devido à pandemia, não houve continuidade da ação no ano de 2021.

6.1.2.13 – Ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formado pelas Universidades do Estado, para esclarecer os novos Economistas sobre a regulamentação profissional: Essa atividade está relacionada com todas as outras voltadas à aproximação do Corecon-RJ com as Universidades. A melhoria na relação com as diversas Faculdades de Economia do estado do Rio de Janeiro, após o fim da pandemia de covid-19, trará

como consequência provável o envio da listagem dos formandos, para que o Corecon-RJ possa esclarecer os novos Bacharéis em Ciências Econômicas sobre a regulamentação profissional, a área de atuação dos economistas, seus direitos e deveres.

6.1.2.14 – Realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão: A execução da ação depende da finalização do item 6.1.1.3, e da implementação das ações de aproximação junto às Universidades. Essas ações foram impossibilitadas de serem adotadas em 2021, em função da pandemia em 2020.

6.1.2.15 – Iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental: A Secretaria de Fiscalização tentou programar essa ação para o ano de 2017, mas não encontrou fontes de pesquisa confiáveis. Com a utilização do convênio da JUCERJA, que gerou abertura de muitos processos de fiscalização, a pesquisa para identificação das possíveis empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental ficou para 2018, e anos subsequentes. Em 2019, não obtivemos resultados positivos para essa ação. Já no ano de 2020 e 2021, essa ação não pôde ser realizada em função da pandemia.

6.1.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional: Essa ação se enquadra na mesma situação da anterior.

6.1.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria: Essa ação se enquadra na mesma situação da anterior.

6.1.2.18 – Inaugurar linha de ação voltada para professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional: A ação começou a ser implementada em 2016, mas a Secretaria de Fiscalização concluiu que, fazer a pesquisa pela Procob, através da utilização do termo CONSULTORIA ECONÔMICA, estava dando mais resultado, pois verificamos que várias delas possuíam professores como sócios. Assim, ao invés de pesquisar pelo sócio, para achar a consultoria, a Secretaria de Fiscalização agiu de forma contrária, encontrando consultorias e verificando seus sócios, que em muitos casos eram professores. A ação ficou suspensa, pois muitos professores possuíam SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS, e tal questão teve que ser tratada no Cofecon. Após parecer emitido pelo Cofecon, de obrigatoriedade de registro de sociedades uniprofissionais, a Secretaria de Fiscalização emitiu ofícios para todas as empresas que se enquadravam nessa situação, informando a necessidade de regularização de sua situação neste Conselho. Com a crise financeira de 2020 e 2021, e pela mudança na forma de pesquisa do Procob, a Secretaria de Fiscalização não verificou abertura de novas Consultorias Econômicas que possuíam professores como sócios.

6.1.2.19 – Estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando

ampliar a atuação do Corecon-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro: Essa tarefa pretendia ser alcançada através do convênio com a Junta Comercial do Rio de Janeiro. As duas tentativas feitas em 2016 (Campos dos Goytacazes e Macaé) não surtiram grandes resultados. Com a pandemia em 2020, e continuidade em 2021, não foi possível identificar as regiões que estão se desenvolvendo no Estado, e será necessário aguardar os efeitos gerados pela covid-19 na economia fluminense para que essa avaliação seja feita.

6.1.2.20 – Elevar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2019: Essa tarefa pôde ser realizada com sucesso, após o retorno dos trabalhos presenciais. No ano de 2020, foram abertos 30 (trinta) processos, e no ano de 2021 foram instaurados 96 (noventa e seis), sendo 76 (setenta e seis) de pessoa física e 20 (vinte) para pessoa jurídica.

6.1.2.21 – Elevar o número de registros de pessoas físicas e jurídicas: A Secretaria de Fiscalização obteve no ano de 2021, o resultado de 25 (vinte e cinco) registros de pessoas físicas e 02 (dois) de pessoa jurídica. No caso das pessoas físicas, a internet continuou como uma fonte confiável para a Secretaria de Fiscalização, principalmente em site de empresas, LinkedIn ou outras redes sociais. O número de registro de pessoas jurídicas continua baixo, e não deve ser muito diferente nos anos seguintes à pandemia, devido à crise econômica esperada para o Estado do Rio de Janeiro.

6.1.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais: No final de 2021, existiam 03 (três) processos éticos em andamento. Após a elaboração do roteiro de processos éticos, todos estão sendo conduzidos da forma correta e finalizados dentro de prazo razoável.

6.1.2.23 – Analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2: A Secretaria está sempre atuando para melhorar os procedimentos de fiscalização. Participou da elaboração do Manual da Fiscalização, em 2019, com o intuito de unificar os procedimentos de fiscalização de todo sistema COFECON/CORECONS, e atualizar a Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista. Por se tratar de ação contínua, a Secretaria sempre atua de forma pontual, quando verifica alguma necessidade de alteração.

6.1.2.24 – Utilizar a oferta de cursos e convênios, além da Biblioteca, como emuladores de processos de fiscalização: Não houve nenhum registro, nem de pessoa física e nem de pessoa jurídica, derivado de cursos, convênios ou Biblioteca. Os que solicitam convênio precisam ser registrados, o que faz com que não sejam alvos da Secretaria de Fiscalização. Já àqueles que se matriculam nos cursos, ou frequentam a Biblioteca, normalmente estão na situação de estudante, o que também se enquadra fora do escopo da Secretaria de Fiscalização. Assim, essa atuação seria pontual, analisando caso a caso. No ano de 2021, ainda em função da pandemia, não houve movimento significativo nos



cursos e na biblioteca, o que prejudicou ainda mais a ação. Com o fechamento da biblioteca e a adoção de cursos online, provavelmente essa ação ficará prejudicada.

6.1.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

6.1.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou na demora no atendimento de solicitações, ou mesmo em ações e/ou posturas não condizentes com um atendimento satisfatório.

6.1.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou demora no atendimento de solicitações, através do atendimento telefônico ou através do atendimento via e-mail.

6.1.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental: A reestruturação da Secretaria se dá de modo contínuo durante o exercício, à medida que são realizadas ações que visem melhorar seus fluxos internos, de modo que os serviços prestados aos economistas e empresas sejam realizados no menor tempo e de maneira satisfatória. Os novos procedimentos e/ou ações surgidos no dia-a-dia da Secretaria ainda não foram compilados no formato de manual. Sempre que surgem novos procedimentos e/ou ocorrem melhorias naqueles já vigentes, os mesmos são encaminhados aos funcionários do setor, via e-mail, para esclarecimentos e solicitação de cumprimento, sendo que os mesmos são salvos e armazenados, para posterior utilização na confecção do manual. Iniciou-se em março de 2015 o trabalho de saneamento geral de todo o acervo dos processos administrativos de Economistas, empresas, e estudantes. O trabalho consiste em colocar o termo de abertura, colocar os autos dos processos em ordem cronológica, paginar os autos dos processos, e trocar a capa, quando necessário. Para a realização desta atividade, os cinco funcionários da Sereg ficam diariamente 1½ hora na biblioteca. Ressalta-se que em 2021, o trabalho não foi retomado em virtude de várias situações decorrentes da pandemia e de outros motivos inerentes à própria Secretaria. Toda demanda surgida na Secretaria, deve, para seu atendimento, ser necessariamente acompanhada do respectivo processo administrativo. O atendente, antes de encaminhá-lo ao Secretário para despacho, deve sanear o processo, conforme especificações previamente estabelecidas. Em 2021 foram saneados 1.911 processos administrativos de economistas e estudantes, e 175 processos

de empresas que transitaram na Sereg para atendimento às diversas demandas formalizadas. A ação de arquivamento do passivo documental não foi realizada.

6.1.3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos: Neste exercício foram dadas continuidades aos processos e fluxos internos já aprimorados nos exercícios anteriores, não tendo sido planejada e/ou realizada nenhuma ação de melhoria.

6.1.3.5 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso: Esta ação não foi realizada.

6.1.3.6 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas: Os formulários continuam sendo revisados e atualizados à medida que ocorrem alterações em suas formas e conteúdos, conforme determinados pelo regramento legal editado pelo Cofecon, ou no surgimento de necessidades na Secretaria e/ou no Conselho. No ano de 2021 não foram criados novos formulários.

6.1.3.7 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão: Foi dada continuidade, no âmbito financeiro, ao controle diário sobre as parcelas de renegociações não pagas, cujas datas de vencimento são os dias imediatamente anteriores. Ao se verificar que a parcela encontra-se em aberto, o Secretário do Registro encaminha uma cópia do boleto, via Sistema, com a mensagem, no corpo do e-mail, de que o boleto deverá ser atualizado no site do Banco do Brasil para o devido recolhimento. Esta ação tem reduzido o número de Acordos de renegociação desfeitos por falta de pagamento de uma ou duas parcelas.

6.1.3.8 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos: Em 2018, o Corecon-RJ passou a utilizar o sistema do Banco do Brasil licitações-e e manteve a utilização deste sistema em 2021.

6.1.3.9 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados: em 2021, com a mudança de sistema de cadastro/financeiro, os empregados da Secretaria de Registro e Fiscalização receberam treinamento do novo sistema.

6.1.3.10 – Prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade: Em 2021 esta ação não foi efetivamente realizada no âmbito da Sereg, pois se aguarda o encerramento desta atividade em outra Secretaria, conforme cronograma estabelecido pela direção do Conselho. Em 23/03/2015 iniciou-se o saneamento de todos os processos administrativos sob responsabilidade da Secretaria, conforme padrão

estabelecido, a fim de que os processos estejam aptos a serem digitalizados quando do início da realização desta ação sob responsabilidade da Secretaria.

6.1.3.11 – continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado, assim como planejar e realizar o inventário anual da Biblioteca, a fim de corrigir possíveis incompatibilidades entre acervo e sistema: Por decisão da Plenária, a Biblioteca encerrou suas atividades em 2021.

6.1.3.12 – reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas, adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, o acervo da Biblioteca: Por decisão da Plenária, a Biblioteca encerrou suas atividades em 2021

6.1.3.13 – prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca: Por decisão da Plenária, a Biblioteca encerrou suas atividades em 2021.

6.1.3.14 – continuar promovendo a descrição do conteúdo dos documentos, a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo, de modo a facilitar o acesso, localização, utilização e intercâmbio, e difundir sua existência: Por decisão da Plenária, a Biblioteca encerrou suas atividades em 2021.

6.1.3.15 – continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas possibilitando o acesso a documentos e publicações não existentes em nosso acervo: Por decisão da Plenária, a Biblioteca encerrou suas atividades em 2021.

6.1.3.16 – continuar desenvolvendo os produtos e serviços oferecidos no espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet: Por decisão da Plenária, a Biblioteca encerrou suas atividades em 2021.

6.1.3.17 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional ao conjunto dos empregados da Autarquia: ação realizada em 2021.

6.1.3.18 – criar ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho: A ação não foi realizada por falta de condições técnicas no site do Conselho, e também devido à falta de recursos humanos, uma vez que o responsável pela ouvidoria seria aquele profissional conhecedor dos processos internos, das atividades realizadas pelas Secretarias, e dos aspectos legais que regem a profissão de economista.

6.1.3.19 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na Sereg, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos: Ação não realizada

6.1.3.20 – disponibilizar ao público uma caixa de reclamações, sugestões e elogios na SEREG: Ação não realizada. A caixa onde serão depositadas as mensagens já foi providenciada, restando pendente a elaboração do questionário/formulário que será entregue aos Economistas e representantes das empresas onde expressarão seus pontos de vista, formalizarão reclamações, sugestões ou elogios

6.1.4 – Potencialização da capacidade financeira

6.1.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes: Em relação à receita corrente, o objetivo proposto para o exercício de 2021 foi o de elevar em 5% a arrecadação em relação a 2020. O resultado individual aponta um acréscimo nominal de 7,62% das anuidades dos economistas, e de 27,92% das pessoas jurídicas. O resultado consolidado aponta um acréscimo de 10,46% em relação ao exercício de 2020, demonstrando assim que a meta foi atingida, tendo mais que dobrado o resultado alcançado.

6.1.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário: Foram adotadas, no âmbito desta Secretaria, as seguintes ações para a recuperação dos créditos tributários: Foram adotadas, no âmbito desta Secretaria, as seguintes ações para a recuperação dos créditos tributários: Para os débitos em aberto dentro do prazo prescricional, o Corecon-RJ, através da Secretaria de Registros, emitiu duas recobranças (cobrança dos débitos atualizados, realizada através de boletos bancários encaminhados aos economistas e empresas). A primeira objetivou a recuperação dos débitos referentes às anuidades do exercício de 2021. Foram encaminhadas 4.530 para economistas e 757 para pessoas jurídicas. A segunda objetivou a recuperação das anuidades e débitos de qualquer natureza a partir do exercício de 2017. Nesta, foram encaminhadas 4.318 cobranças para economistas e 687 para pessoas jurídicas. O resultado financeiro foi alcançado com excelente acréscimo nominal de 76,59% em relação ao resultado alcançado em 2020.

Para a cobrança dos créditos não recebidos nos últimos 5 (cinco) exercícios, utilizam-se os procedimentos legais previstos na Lei de execução Fiscal n.º 6.830/80, através do lançamento na Dívida Ativa do Corecon-RJ dos créditos não recebidos no prazos legalmente estabelecidos, e posterior cobrança através de execução fiscal na Justiça Federal. Em 2021, foram encaminhadas 960 Comunicações Amigáveis para Quitação de Débitos aos economistas, devedores das anuidades de 2017 a 2021. Não houve lançamento na Dívida Ativa destes débitos porque o novo Sistema Gerencial – BRC – implantado em 18/11/2021 - não foi adaptado às novas regras estabelecidas pelo Conselho Federal de Justiça, que determinou que os débitos fossem atualizados monetariamente pelo IPCA, e os juros de mora fossem calculados pela SELIC.

6.1.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos: O objetivo proposto foi o de elevar em 10% o montante de

recebimento das anuidades vencidas através da cobrança administrativa e execução fiscal. O resultado geral obtido no exercício de 2021 foi positivo, pois no consolidado, a cobrança da dívida ativa nas fases administrativa e executiva, das pessoas físicas e jurídicas, apresentou acréscimo nominal elevadíssimo de 207,61% em relação ao resultado obtido no exercício de 2020, demonstrando assim o alcance da meta proposta do Plano de trabalho para 2021. Ressalte-se que individualmente, os resultados obtidos tanto na fase administrativa quanto na fase executiva, tanto das pessoas físicas e das pessoas jurídicas, foram excepcionais.

6.1.4.4 – Prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas: Em 2021, foram atualizados 905 endereços e dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, por meio de consultas aos cadastros da Receita Federal, da Procob - Soluções em Informática, CDL – Clube de Diretores Lojistas do RJ, telefone, Internet, e informações prestadas pelos próprios registrados, pessoalmente, por telefone, e-mail ou através do link para atualização cadastral disponibilizado no site do Conselho. Verifica-se que em 2021, no resultado final, houve um aumento de 68,66% na localização e atualização de dados dos economistas, e um aumento de 75,38% na localização e atualização de dados das empresas.

6.1.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização: Quanto à reavaliação propriamente dita, não foram tomadas, neste exercício, ações concretas que tenham resultado em procedimentos de encaminhamento à Secretaria de Fiscalização, porém, quando da formalização do pedido de cancelamento por parte das Pessoas Jurídicas, esta secretaria tem sido rigorosa, de modo a evitar que empresas que não cumprem as exigências estabelecidas no Art. 10, da Resolução n.º 1.880/12, tenham os seus registros profissionais deferidos.

6.1.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional: Foram efetuados 199 recadastramentos, representando um acréscimo de 34,46% em relação ao exercício de 2020.

6.1.4.7 – intensificar a política de aplicação das reservas financeiras em letras do tesouro nacional: Em 2021, o Corecon-RJ aplicou os recursos em poupança e em fundo de investimento lastreado em títulos públicos, conforme determinação do Tribunal de Contas da União.

6.1.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las: Foi implementada na Secretaria de Fiscalização a impressão frente e verso de qualquer documento emitido. Serão avaliadas as ações adotadas pelas demais Secretarias, para analisar se cabem adotá-las na Secretaria de Fiscalização. Na Secretaria de Registro, a impressora colorida continua sendo utilizada somente nos documentos da Plenária e/ou para documentos com propósitos específicos (Certidões e

declarações). Os funcionários são orientados a utilizarem os ramais telefônicos somente para atendimento aos economistas. Sempre que possível, a Sereg tem utilizado o e-mail para a solicitação de documentos aos Economistas, evitando assim os custos de envio de correspondência através dos Correios. As impressões de documentos em grande quantidade, tais como comunicação amigável de débitos e notificações referentes à dívida ativa, certidões de dívida ativa e petição inicial são feitas na impressora de aluguel, evitando assim o consumo de toner e desgastes nas impressoras utilizadas na Secretaria de Registro.

6.1.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

6.1.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil: Ação de caráter contínuo, através das entrevistas e dos artigos divulgados no Jornal dos Economistas e no podcast “Entre Celsos e Marias” durante todo o ano.

6.1.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional: Ação realizada em conjunto com o item 6.1.5.3.

6.1.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico: O Corecon-RJ realizou e apoiou atividades que buscaram contribuir para a formação de uma sadia mentalidade econômica, através da disseminação da técnica e do conhecimento econômico. A maior iniciativa foi a promoção de um ciclo de debates de temas abordados no livro “A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações”, organizado por Victor Leonardo de Araújo e Fernando Mattos. Composto por três debates transmitidos ao vivo pelo nosso canal no Youtube, o ciclo teve a seguinte programação:

- 22/04 – “Industrialização e Desenvolvimento”, com a participação de Glória Moraes, Fernando Mattos, Luciana da Silva Ferreira e Arthur Camara Cardozo;
- 06/05 – “Inflação e Estabilização”, com a participação de Carlos Pinkusfeld, Eduardo Pinto, Nelson Le Coq e Marcelo Fernandes;
- 13/05 – “Os Anos Recentes e Perspectivas”, com a participação de Victor Araújo, Denise Gentil, Miguel Antonio Pinho Bruno e Marcelo Fernandes.

Ao longo de 2021, o Corecon-RJ também promoveu outros debates e palestras em formato online, tais como:

- 17/08 - debate sobre o filme "A Bolsa ou a Vida" com a participação de Silvio Tandler, Márcio Pochmann, Paulo Nogueira Batista Jr e Antonio José Alves Jr;
- 31/08 - "Por um Projeto de Desenvolvimento para o Brasil" com participação de José Carlos de Assis, Luciana da Silva Ferreira, Marisa Silva Amaral, Ladislau Dowbor, Plínio de, Arruda Sampaio Jr, Guilherme Mello e Odilon Guedes.



- 06/12 - “Projeto Financeirização e Privatização das Finanças do Brasil” com participação de Denise Gentil, Miguel Antonio Pinho Bruno e José Celso Cardoso Jr.

6.1.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento: Ação não realizada.

6.1.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições: Em 2021, o Corecon-RJ apoiou o lançamento do livro “Economia Pós-Pandemia: Desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico.”

6.1.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica: Ação não realizada.

6.1.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares: Ação não realizada em função da pandemia.

6.1.5.8 – instituir núcleo de apoio à pesquisa na Biblioteca: Por decisão da Plenária, a Biblioteca encerrou suas atividades em 2021.

6.1.5.9 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica: Em 2021, o Corecon-RJ apoiou financeiramente eventos promovidos por entidades que buscam o debate e a solução de problemas ligados à economia e à sociedade Brasileira, bem como Associações ligadas à Economia. Podem ser destacados:

- Ciclo de seminários promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos - IBEP: “O Brasil de nosso tempo – desenvolvimento, cultura e projeto nacional”;
- Filme “A Bolsa ou a Vida”, dirigido por Silvio Tendler;
- Evento “Marx e o Marxismo 2021: O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista”;
- 14º Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira - AKB;
- XXXVI Congresso da ANGE.

6.1.5.10 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica: Ação concluída conforme itens 6.1.5.5 e 6.1.5.9.



6.1.5.11 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos priorizando, em relação a estes últimos, as regiões e bairros onde haja maior concentração de economistas: O Corecon-RJ possui 40 convênios com diversos prestadores de serviços. Dentre os principais podemos destacar Universidades, diversos colégios de ensino fundamental e médio, cursos de idiomas, editoras, etc. Todos os convênios são extensivos aos dependentes. Não houve oferta de novos convênios em 2021.

6.1.5.12 – avançar no processo de modernização da página do Conselho na Internet: Ação finalizada.

6.1.5.13 – contribuir na organização e viabilização do Congresso Brasileiro de Economia 2021: Em virtude da pandemia, o Congresso foi realizado em formato online.

6.2 – Resumo dos resultados:

A maior parte das ações previstas no Plano de Trabalho para o exercício de 2021 estão em curso ou em andamento, apesar das dificuldades enfrentadas durante a pandemia. As ações que não foram realizadas foram postergadas para 2022.

Além dos indicadores específicos de resultados lançados nos itens acima, destacamos: 1) a existência de reservas financeiras suficientes para honrar os compromissos da Autarquia, levando em consideração a despesa mensal média verificada em 2021; 2) a reestruturação das Secretarias de Registro e de Fiscalização que permitiram potencializar e aprimorar suas respectivas capacidades operacionais, buscando obter saldo positivo entre o número de desligamentos e de novos registros; 3) perseverança na aplicação da Política para Tratamento da Inadimplência, objetivando o recebimento de anuidades de exercícios anteriores; 4) continuidade dos esforços para atualização do cadastro de pessoas físicas e jurídicas; 5) controle das despesas balizado pelo volume da receita arrecadada.



7- Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

7.1 - Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro é o instrumento utilizado para dar continuidade da execução do planejamento estratégico da Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade e sua capacitação para o cumprimento de sua missão institucional primária que é a fiscalização profissional das Pessoas Jurídicas e Físicas que exercem as atribuições privativas e inerentes aos Economistas. Tendo em vista os avanços obtidos durante os últimos exercícios, o Programa de Trabalho propõe como prioridades, a continuidade dos esforços para promover a valorização profissional dos economistas; a ampliação e consolidação da estrutura de fiscalização; a manutenção dos esforços para garantir adequada capacidade financeira, via ingresso de novos registros; a continuidade da realização de eventos, a publicação de livros e cartilhas sobre questões vinculadas a Ciência Econômica; a manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, a partir da ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, universidades e imprensa.

As ações que compõem o Plano de Trabalho foram definidas, ao longo dos anos, pelos sucessivos presidentes, plenários e chefias de cada Secretaria, ao amparo dos cinco projetos já mencionados: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; e Projeto 5 – Fortalecimento da Imagem Institucional.

As principais ações estratégicas do Programa de Trabalho estão agrupadas, atualmente, nos projetos 1, 2 e 5 sendo complementadas pelas contidas nos de nº 3 e 4.

Em relação ao Projeto 1, o trabalho é feito em conjunto com o Conselho Federal e os demais conselhos regionais com o objetivo de combater a política de desregulamentação da profissão; monitorando a tramitação do PLS 658/07 e buscando contribuir para que sua aprovação signifique, de fato, o resgate e atualização da legislação regulamentadora das atividades profissionais dos economistas; aperfeiçoamento do monitoramento dos editais de concursos públicos em defesa do campo profissional dos economistas; manutenção da oferta de cursos de aperfeiçoamento técnico aos profissionais registrados em situação regular perante o Conselho; manutenção da premiação para os



alunos autores das melhores monografias de fim de curso; e a promoção da Gincana Estadual de Economia destinada ao mesmo público. Em relação às ações relacionadas no Projeto 2 a expectativa, decorrente da manutenção e possível ampliação da estrutura da Secretaria de Fiscalização durante o próximo exercício, é a de aprimorar e ampliar o raio de ação da fiscalização, tendo como foco principal as pessoas jurídicas que atuam no campo da Ciência Econômica. Em relação ao Projeto 3 as principais prioridades são a continuidade do processo de reestruturação da Secretaria de Registros; a complementação do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e gestão, principalmente em relação aos processos de execução fiscal; e a promoção de atividades destinadas à capacitação e atualização dos empregados da Autarquia. Na execução do Projeto 4 continuaremos priorizando o aperfeiçoamento dos mecanismos de cobrança de anuidades e taxas; a execução da Política para Tratamento da Inadimplência, por via administrativa e jurídica; desenvolveremos esforços para elevar a quantidade de registros de pessoas jurídicas e físicas, e aprofundaremos a política de preservação do valor da reserva financeira. Vinculadas ao Projeto 5 encontram-se o desenvolvimento de relações mais próximas com os demais conselhos regionais de economia; as instituições acadêmicas, buscando elevar a qualidade e quantidade das interações com os estudantes e professores de economia; a ampliação do relacionamento com instituições públicas e privadas, buscando consolidar e amplificar a influência do Corecon-RJ na discussão de temas de interesse público relevantes, tais como, a análise e acompanhamento dos reflexos da crise econômica internacional e seus impactos na economia brasileira; a dimensão adequada para o papel do Estado Brasileiro na economia; orçamento público; dívida pública; reformas tributária, agrária e política; e os processos de integração regional (MERCOSUL; CAN; Comunidade Sul Americana de Nações; e Alca); bem como apoiar iniciativas, a exemplo do movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil. Para potencializar os resultados a serem obtidos com este projeto, o Corecon-RJ também seguirá apoiando e estreitando relações com fóruns, redes e associações sem fins lucrativos, ligados a movimentos sociais que tratam dessas questões, dentre as quais se encontram a Associação de Economistas da América Latina e o Caribe; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Rede Brasileira para Integração dos Povos; Fórum Brasil do Orçamento; Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro; e Campanha de Auditoria das Dívidas. Incluem-se ainda nesta área as iniciativas voltadas para o fortalecimento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e sua disseminação por outros estados da federação.

Wellington Leonardo da Silva
Secretário Executivo

7.2 – Gestão orçamentária e financeira:

7.2.1 – Informações sobre a Realização das Receitas:

O total arrecadado no ano foi de R\$ 5.693.239,56. Deste montante, R\$3.650.306,11 estão classificados como Receita de Contribuições (Anuidades); R\$ 124.339,03 são referentes à Receita Patrimonial (Rendimentos da Caderneta de Poupança e títulos da dívida pública); R\$ 67.748,15 são referentes à Receitas de Serviços (Rendas de Emolumentos com Expedição de Certidões e Carteiras); R\$1.850.846,27 são referentes à Outras Receitas Correntes, que engloba Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas (Multas sobre o Exercício Ilegal da Profissão, Receita de Dívida Ativa, Receitas de Cursos, Atualização Monetária s/ Anuidades, etc...). Comparado com o exercício de 2020, houve um aumento de cerca de 30%.

Tabela 4: Comparativo de Receitas 2020-2021

RECEITA		
Classificação	2020	2021
Receitas Correntes	R\$ 4.379.337,30	R\$ 5.693.239,56
Receita de Contribuições	R\$ 3.459.387,56	R\$ 3.650.306,11
Receita Patrimonial	R\$ 234.910,68	R\$ 124.339,03
Receita de Serviços	R\$ 30.806,26	R\$ 67.748,15
Transferências Correntes	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 654.232,80	R\$ 1.850.846,27
Multa sobre o Exercício Ilegal da Profissão	R\$ 5.576,84	R\$ 14.064,44
Receita de Dívida Ativa	R\$ 464.634,09	R\$ 1.490.480,84
Receitas Diversas	R\$ 184.021,87	R\$ 346.300,99
Receita de Capital	0	0
Total de Receitas	R\$ 4.379.337,30	R\$ 5.693.239,56

7.2.2 – Informações sobre a Execução das Despesas:

O total de despesas em 2021 foi de R\$ 6.254.935,47, sendo que as Despesas de Pessoal (Salários e Vantagens, Diárias e Obrigações Patronais) somaram R\$ 2.864.162,76; as Despesas de Material de Consumo (Artigos de Expediente e Outros) somaram R\$53.995,53; as Despesas com Serviços de Terceiros e Encargos (Remuneração de Pessoal e Encargos, Despesas Bancárias, Serviços de Comunicação em Geral, etc...) somaram R\$2.198.327,91; as Transferências Correntes (Cota-Parte do Cofecon e Pasesp) somaram R\$1.129.513,49; e as Despesas de Capital (Obras e Instalações, Mobiliário, etc...) somaram R\$8.935,78. Comparado com o exercício de 2020, houve um aumento de cerca de 11%

Tabela 5: Comparativo de Despesas 2020-2021

DESPESA		
Classificação	2020	2021
Despesas Correntes	R\$ 5.621.215,93	R\$ 6.245.999,69
Despesas de Pessoal	R\$ 2.763.565,15	R\$ 2.864.162,76
Material de Consumo	R\$ 31.345,91	R\$ 53.995,53
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$ 1.995.936,70	R\$ 2.198.327,91
Transferências Correntes	R\$ 830.368,17	R\$ 1.129.513,49
Despesas de Capital	R\$ 630,10	R\$ 8.935,78
Total de Despesas	R\$ 5.621.846,03	R\$ 6.254.935,47

7.2.3 – Resultados da área-fim

7.2.3.1 – Quantidade de fiscalizações, denúncias, autos de infração e notificações feitas pela Secretaria de Fiscalização em 2021:

Tabela 6: Resultados da área fim

Secretaria de Fiscalização - 2021	Quantidade
Total de fiscalizações realizadas	96
Total de denúncias recebidas e analisadas	2
Total de profissionais fiscalizados	76
Total de autos de infração	120
Total de notificações	149

7.2.3.2 - Número de processos instaurados e julgados: Os dois processos éticos, que são os processos que necessitam de julgamento, abertos em 2021 ainda estão em andamento, e não foram julgados.

7.2.3.3 - Número de processos instaurados que não tiveram êxito em sua execução, com as respectivas causas identificadas: Todos os processos de fiscalização abertos em 2021 tiveram êxito na sua execução. Ao verificar a falta de desempenho de atividades na área de economia e finanças, o processo era encerrado, mas isso não corresponde à problemas de execução.

7.2.3.4 - Informações sobre a gestão das atividades relacionadas à arrecadação das multas aplicadas, bem quanto à cobrança de inadimplentes: Foram aplicadas 54 multas no total durante o ano de 2021. O número baixo é em decorrência do fechamento das instalações do Corecon-RJ durante os meses de março e novembro de 2020, em função da pandemia do covid-19. Durante o ano de 2021, a Secretaria de Fiscalização precisou dar andamento aos processos que ficaram parados nesse período, o que demandou

esforço para localização de pessoas físicas em trabalho remoto, e endereço de sócios para empresas que fecharam, em função da crise. Foram 42 multas para pessoas físicas e 12 multas para pessoas jurídicas. Para o caso de pessoa física, tivemos 15 multas pagas integralmente no ano de 2021, mas que foram aplicadas em outros anos, e 1 multa paga aplicada em 2021. Ademais, ocorreram pagamentos de parcelamentos feitos anteriormente, de multas aplicadas em outros anos. No caso de pessoas jurídicas, temos oito multas pagas integralmente no ano de 2021, mas que foram aplicadas em anos anteriores. Ademais, ocorreram pagamentos de parcelamentos feitos anteriormente, de multas aplicadas em outros anos.

7.2.3.5 - Número de processos referentes ao exercício ilegal da profissão encaminhados ao Ministério Público: Nenhum. Cumpre-nos informar que, de acordo com nossa Assessoria Jurídica, não existe falar em Exercício Ilegal da profissão de Economista, uma vez que o artigo 282 do Código Penal prevê apenas as profissões de médico, dentista ou farmacêutico como passíveis de desempenho ilegal. No caso dos economistas, somente poderia ser encarado como contravenção penal, conforme determina o artigo 47 da Lei 3.688/41 (Lei das Contravenções penais).

7.3 – Gestão de Pessoas

7.3.1 – Conformidade Legal

Conforme determinação do TCU, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. Entretanto, em virtude de um impasse jurídico quanto ao regime de contratação dos Conselhos de Fiscalização Profissional, onde alguns tribunais entendem pela aplicação do regime estatutário, não há concurso público em vigor para o preenchimento de vagas no Corecon-RJ. O último concurso público realizado em 2010 foi suspenso por ação judicial em virtude do edital prever a adoção da CLT como regime de contratação de empregados.

7.3.2 – Estrutura de Pessoal da Unidade

a) Demonstração da Força de Trabalho:

Em 31 de dezembro de 2021, o Corecon-RJ possuía 23 empregados, conforme quadro funcional abaixo:

Tabela 7: Demonstração da Força de Trabalho

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA EXECUTIVA



NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ALISSON SOUZA CUNHA	11/06/1973 (48 anos)	20/04/1998	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I-SERV.INTERNO/EXTERNO	Nível Médio Completo
MARCIA CRISTINA AYRES DOS SANTOS	02/02/1959 (62 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/CONVÊNIOS	Nível Médio Completo
MARIA HELENA CONCEIÇÃO DA SILVA	17/04/1966 (55 anos)	09/04/2001	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I/LIMPEZA	Nível Fundamental Completo
PAULA VANESSA BASTOS CARVALHO DE ARAÚJO	15/12/1971 (50 anos)	21/02/2006	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA E EXECUTIVA I	Superior Completo
WELLINGTON LEONARDO DA SILVA	21/10/1959 (62 anos)	15/06/1998	CLT	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Superior Completo
RAQUEL DE LIMA DA CUNHA E SOUZA	12/08/1977 (44 anos)	11/03/2019	CLT	ASSESSORA ESPECIAL DA SECRETARIA EXEC. E PRESIDÊNCIA	Superior Completo
JULYANA PEREIRA DANIEL SOUZA	06/12/1999 (22 anos)	02/02/2021	CLT	APRENDIZ EM QUALIDADE EM SERV. ADMINISTRATIVOS	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE REGISTRO					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIO SILVA DE ANDRADE	14/01/1965 (57 anos)	02/04/2007	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/REGISTRO	Superior Completo
ELISIENE GOMES DA SILVA E SILVA	25/04/1988 (32 anos)	25/03/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	BIBLIOTECÁRIA I/BIBLIOTECA	Superior Completo
JOSIVALDO DE LIRA	29/01/1969 (53 anos)	19/08/2008	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I / REGISTRO	Superior Completo



KARINA APARECIDA COSTA DE BARROS	12/09/1976 (45 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/REGISTRO	Nível Médio Completo
SAMUEL MOREIRA GOMES	15/10/1965 (56 anos)	05/02/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Nível Médio Completo
THIAGO VAZ BARBOSA	06/03/1984 (37 anos)	21/01/2009	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/REGISTRO	Nível Médio Completo

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ALBERTO BARROSO NETO	23/02/1992 (29 anos)	27/02/2018	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
CÁSSIA GAMARO SALEIRO	05/08/1985 (36 anos)	30/06/2017	CARGO EM COMISSÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ FISCALIZAÇÃO	Nível Médio Completo
MONICA ASSUNÇÃO SILVA	25/07/1985 (36 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA I/FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
VICTOR HUGO CAMPOS REIS ALVES	25/09/1990 (31 anos)	25/01/2018	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO	Superior Completo

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE CURSOS

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIA OLIVEIRA COLARES VALENTIM	10/08/1976 (45 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	COORDENADORA DE CURSOS I/CURSOS	Superior Completo

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA BARROS	28/03/1970 (51 anos)	07/04/1995	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/CURSOS	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
DOMINGOS DA SILVA MATOS	24/02/1957 (64 anos)	02/02/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/CONTAS A PAGAR	Nível Médio Completo
ELZA MARIA PARANHOS DE ANDRADES	22/12/1958 (63 anos)	21/07/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REC. HUMANOS	Nível Médio Completo
GUILHERME TINOCO OLIVEIRA DOS ANJOS	05/04/1979 (42 anos)	21/09/2005	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Superior Completo
VITOR DE OLIVEIRA XAVIER	27/01/1985 (36 anos)	02/06/2014	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ COMPRAS	Nível Médio Completo

Considerando a tipologia dos cargos ocupados, o Corecon-RJ conta, ao final de 2021, com vinte e três efetivos Além do quadro funcional próprio, o Corecon-RJ conta, dentro de suas dependências, com dois técnicos de informática terceirizados.

b) Processo de Ingresso de Empregados:

Não foram feitas contratações feitas em 2021 por meio de concurso público, cujo prazo foi encerrado em 2016.

c) Qualificação da Força de Trabalho:

Tabela 8: Qualificação da Força de Trabalho

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Empregados Efetivos	2	6	6	5	4

Tabela 9: Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade					
	Analfabeto	Alfabetizado sem cursos regulares	Primeiro grau incompleto	Primeiro grau	Segundo grau ou técnico	Superior
Empregados Efetivos	0	0	0	0	11	12

d) Terceirização da Mão de Obra:

Em relação aos contratos terceirizados, o Corecon-RJ possui contrato com assessoria de informática através de processo licitatório. Os dados do contrato são representados na tabela abaixo:

Tabela 10 Terceirização de mão de obra

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Situação
					Início	Fim	F	M	S	
2021	3- Informática	Ordinária	Manutenção de equipamentos de informática e administração de redes locais	SPECTRANET CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 04.023.393/0001-00	2019	-	0	1	1	Ativo

7.3.3 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal:

Tabela 11: Despesas com Pessoal

Despesas com Pessoal		
Vencimentos	2020	2021
Salários	R\$ 1.716.718,42	R\$ 1.706.423,60
Férias e 13º Salário	R\$ 178.827,11	R\$ 199.542,42
Indenizações	R\$ 0,00	R\$ 79.876,31
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 600.050,50	R\$ 315.904,41
Vale Refeição/Alimentação	R\$ 266.089,55	R\$ 253.161,09
INSS	R\$ 397.771,53	R\$ 401.689,26
FGTS	R\$ 151.063,41	R\$ 151.319,75

Demais Despesas (Auxílio Creche, Auxílio Funeral e Reajuste por mérito)	R\$ 26.316,47	R\$ 27.284,76
Total	R\$ 3.336.836,99	R\$ 3.135.201,60

Em linhas gerais as despesas com pessoal se mantiveram dentro da normalidade, com exceção da despesa com assistência médica. Em 2020, houve um aumento significativo na sinistralidade do plano de saúde da Unimed, oferecido aos empregados e seus dependentes. O reajuste técnico do plano foi de 136,5% e perdurou por alguns meses durante a pandemia. Posteriormente, houve a migração para o plano de assistência médica da Assim Saúde, cujos valores estão dentro da realidade financeira do Corecon-RJ. Em 2021, portanto, o valor gasto com assistência médica foi praticamente a metade do valor gasto em 2020.

7.4- Gestão de licitação e contratos:

O Corecon-RJ adota a Lei nº 8666/93 para contratação de bens e serviços. Na tabela abaixo, consta o resumo dos contratos em vigor.

Tabela 12: Contratos terceirizados

NOME	Nº PROCESSO	SERVIÇO PRESTADO	VALOR MENSAL
CVAS REFRIGERAÇÃO LTDA	363/19	Manutenção de Ar-Condicionado	R\$ 1.460,00
LOREDANO CÁSSIO SILVA FILHO	425/14	Charges para o JE	R\$ 1.247,70
MCP - ADVOGADOS E CONTULTORES	552/13	Assessoria Jurídica	R\$ 9.756,07
PRIMAVIDA ODONTOLOGIA DE GRUPO LTDA (*)	64/19	Plano odontológico para os empregados e seus dependentes	R\$ 625,30
SANTA CASA CARD (*)	113/08	Auxílio Funeral	R\$ 251,78
PROCOB SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA (*)	86/09	Assinatura de site de busca para SEREG	R\$ 300,00
DIGIRATI INFORMÁTICA SERVIÇOS TELECOMUNICAÇÕES (*)	047/05	Hospedagem do site e contas de email; envio de emal marketing	R\$ 650,90
KAIKE COMÉRCIO E SERVIÇOS	229/16	Aluguel de Copiadora	R\$ 448,00
SODEXHO PASS (*)	144/12	Fornecimento de Vale Alimentação e Refeição	R\$ 20.668,52

ASSIM SAÚDE	023/20	Plano de Saúde para empregados e dependentes	R\$ 25.607,30
ALTERDATA TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO	596/13	Manutenção do software da folha de pagamento	R\$ 586,87
SPECTRANET CONSULTORIA LTDA	172/19	Assessoria de Informática	R\$ 8.333,33
WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS	360/19	Compra de passagens aéreas	Variável
DIAGRAMA COMUNICAÇÕES LTDA	215/19	Edição e Diagramação do JE	R\$ 7.500,00
MANAGER AUD. CONS. E CONTABILIDADE	242/19	Assessoria de Contabilidade	R\$ 6.228,95
HUMBERTO JANSEN MACHADO	007/98	Assessoria Jurídica referente ao Processo movido pelo ex-empregado Walter Tauíl	R\$ 4.990,00
(*) Estimativa. Valor pode variar em função da quantidade			

7.5 -Gestão patrimonial e infraestrutura

O Conselho tem registrado em seu patrimônio o 16º e 19º andares do edifício localizado na Avenida Rio Branco, No 109, Centro, Rio de Janeiro. No 16º andar está localizada a Secretaria de Cursos, o Fórum do Orçamento, a Presidência e a sala de Plenária. No 19º andar, estão instalados a Secretaria de Registro, a Secretaria Executiva, a Fiscalização, a Secretaria de Administração e Finanças e o Auditório.

O controle de bens patrimoniais é feito pela Secretaria de Administração e Finanças, que é responsável pela checagem anual dos itens que compõem o patrimônio do Corecon-RJ. Existe ainda uma Comissão de Alienação de Bens que é responsável por eventuais descartes de bens inservíveis.

7.6 - Gestão da tecnologia da informação:

Atualmente, existem 41 microcomputadores (sendo 04 servidores) e 14 impressoras em funcionamento nas dependências do Corecon-RJ. Os principais sistemas de informação que o Corecon-RJ utiliza são:

- Siscaf: Desenvolvido pela empresa Implanta Informática LTDA – CNPJ nº 37.994.043/0001-40. Este sistema é responsável pelo controle de cadastro, emissão e recebimentos de anuidades do Corecon-RJ. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's.



- Siscac: Desenvolvido pela empresa Studios Tecnologia da Informação LTDA – CNPJ nº 08.545.231/0001-92. Este sistema é responsável pelo controle contábil e orçamentário do Corecon-RJ, adaptados ao novo PCASP. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's. Atualmente, é utilizado pela Assessoria Contábil do Corecon-RJ – Manager Auditoria Consultoria & Contabilidade Ltda.

- Folha de Pagamento: Desenvolvido pela empresa Alterdata Tecnologia em Informática LTDA – CNPJ nº 36.462.778/0012-12. Este sistema é responsável pela emissão da folha de pagamento.

- Poseidon: Desenvolvido pela empresa Sesin Brasil Prestação De Serviços De Tecnologia Da Informação LTDA - CNPJ Nº 14.634.282/0001-93. Trata-se de um sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, para visualização de documentos que já foram digitalizados. Em 2015, o sistema foi customizado às necessidades do Corecon-RJ e implantado.

- AFIN: Desenvolvido pela empresa Easy System Informática Ltda – CNPJ nº 18.469.063/0001-57. Trata-se do sistema responsável pelo controle financeiro e contas a pagar. O sistema foi implantado em 2007 e não houve necessidade de contratação de manutenção mensal.

7.7- Gestão de custos

Por falta de previsão legal, o Corecon-RJ não faz parte do Sistema de Custos do Governo Federal (Portaria STN 157, de 9 de março de 2011).

7.8- Sustentabilidade ambiental

O Corecon-RJ não possui um projeto ou ação específica voltada para a sustentabilidade ambiental. Entretanto, existe a conscientização dos empregados no sentido de diminuir, na medida do possível, o consumo de papel e tinta de impressora, assim como outros bens de consumo que possam causar impactos ambientais.

7.9– Transferência de Recursos

Na tabela abaixo, consta o resumo dos apoios institucionais concedidos em 2021.

Tabela 13: Transferência de recursos

Descrição	Valor Concedido
Apoio Institucional para o ciclo de seminários promovido pelo IBEP: “O Brasil de nosso tempo – desenvolvimento, cultura e projeto nacional”	R\$ 5.000,00

Apoio Institucional - Filme "A Bolsa ou a Vida" produzido pela Caliban Produções Cinematográficas (segunda parcela)	R\$ 25.000,00
Compra de 100 exemplares do livro "A Doença do Capitalismo".	R\$ 3.200,00
Apoio Institucional para o Encontro Internacional da AKB 2021	R\$ 10.000,00
Apoio Institucional "Marx e o Marxismo 2021: O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista"	R\$ 8.279,50
Apoio Institucional XXXVI Congresso da ANGE	R\$ 5.000,00
Total 2021	R\$ 56.479,50

8- Demonstrações contábeis

Tabela 14: Balanço financeiro

BALANÇO FINANCEIRO				EXERCÍCIO DE 2021			
(JANEIRO A DEZEMBRO)							
RECEITAS	VALORES			DESPESAS	VALORES		
TÍTULOS	R\$	R\$	R\$	TÍTULOS	R\$	R\$	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.650.306,11			DESPESAS DE CUSTEIO	5.116.486,20		
RECEITAS PATRIMONIAIS	124.339,03			TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.129.513,49	6.245.999,69	
RECEITAS DE SERVIÇOS	67.748,15						
FINANCEIRA	274.246,57						
DÍVIDA ATIVA	1.490.480,84						
TRANSFERENCIAS CORRENTES	-						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	86.118,86	5.693.239,56					
RECEITAS DE CAPITAL				DESPESAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE BENS				INVESTIMENTOS	8.935,78		
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	-			INVERÇÕES FINANCEIRAS	-	8.935,78	6.254.935,47
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-	-	5.693.239,56				
RECEITAS EXTRA - ORÇAMENTARIAS				DESPESAS EXTRA - ORÇAMENTARIAS			
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTOS	3.788,00			RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTOS	3.788,00		
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A TERCEIROS	6.825.525,71			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A TERCEIROS	6.779.705,64		
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	1.462,37			TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	1.568,89		
DEPOSITOS RESTITUTÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.343,46			DEPOSITOS RESTITUTÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.995.183,35		
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO				OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO			
A RECEBER	5.628,71			A RECEBER	-		
PESSOAL A PAGAR	1.874.041,67			PESSOAL A PAGAR	1.874.480,07		
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	591.517,66			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	574.857,16		
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	3.016.174,30			OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.954.784,19		
VALORES EM TRÂNSITO	2.956,64			VALORES EM TRÂNSITO	-		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.111.122,77			OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.106.507,91		
RECEITAS ANTECIPADAS	-			RECEITAS ANTECIPADAS	74.611,23		
BAIXA DE DIREITOS	-			BAIXA DE DIREITOS	8.727,00		
DEMAIS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	-			DEMAIS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	5.394,87		
DESCONTOS OBTIDOS	51,46			DESCONTOS OBTIDOS	-		
AJUSTE DE PROVISÃO	438,40			AJUSTE DE PROVISÃO	-		
DEMAIS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	152,60	13.434.203,75		DEMAIS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	-	15.379.608,31	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
BANCOS C/MOVIMENTO	50.961,57			BANCOS C/MOVIMENTO	6.476,23		
BANCOS C/ARRECADADAÇÃO	96.200,68			BANCOS C/ARRECADADAÇÃO	33.495,67		
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	-			DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	-		
RESPONS. P/SUPRIMENTOS	1.200,00			BANCOS C/VINC.APLIC.FINANC	1.879.452,98		
BANCOS C/VINC.APLIC.FINANC	4.279.363,10	4.427.725,35		RESPONS. P/SUPRIMENTOS	1.200,00	1.920.624,88	
TOTAL GERAL		23.555.168,66		TOTAL GERAL		23.555.168,66	

Tabela 15: Demonstrativo das Variações Patrimoniais

(JANEIRO A DEZEMBRO)		EXERCÍCIO: 2021	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
CONTRIBUIÇÕES	5.308.064,44	PESSOAL E ENCARGOS	2.813.411,04
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	139.802,57	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	13.235,16
FINANCEIRAS	398.637,06	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.189.954,78
TRANSFERÊNCIAS	-	FINANCEIRAS	43.444,20
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	-	TRANSFERÊNCIAS	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	591,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	372.127,79
		TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.129.513,49
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.442.250,96
TOTAL	5.847.095,07	TOTAL:	8.003.937,42
SUPERÁVIT VERIFICADO	-	DÉFICIT VERIFICADO	(2.156.842,35)
TOTAL GERAL:	5.847.095,07	TOTAL GERAL:	5.847.095,07

Tabela 16: Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL				EXERCÍCIO DE 2021	
(JANEIRO A DEZEMBRO)					
A T I V O				P A S S I V O	
TÍTULOS	VALORES	TÍTULOS	VALORES		
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		DÍVIDA FLUTUANTE			
BANCOS C/ MOVIMENTO	6.476,23	PESSOAL A PAGAR	-		
BANCOS C/ ARRECAÇÃO	33.495,67	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	48.112,82		
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	-	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	72.033,75		
BANCOS C/VINC. A APLIC. FINANCEIRA	1.879.452,98	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.773,08	131.919,65	
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTOS					
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	1.200,00				
					1.920.624,88
CRÉDITO DE CURTO PRAZO					
CRÉDITOS A RECEBER	1.549.780,37				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	50.587,15				
ESTOQUES	58.483,00				1.658.850,52
RESULTADO PENDENTE					
DESPESAS A REGULARIZAR	-				
DEPÓSITOS JUDICIAIS	2.054.756,03				5.634.231,43
ATIVO PERMANENTE					
BENS PATRIMONIAIS					
BENS MOVEIS	445.869,58				
BENS IMÓVEIS	1.345.772,40				1.791.641,98
VALORES					
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	1.117,64				1.117,64
CRÉDITOS					
DÍVIDA ATIVA					31.913.378,71
SOMA DO ATIVO REAL					39.340.369,76
SALDO PATRIMONIAL					
PATRIMÔNIO(PASSIVO REAL A DESCOBERTO)	-				39.006.737,97
TOTAL GERAL					39.340.369,76
	39.340.369,76	TOTAL GERAL			39.340.369,76

Tabela 17: Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
(JANEIRO A DEZEMBRO)	EXERCÍCIO DE 2021			
Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	7.123.000,00	7.123.000,00	5.693.239,56	1.429.760,44
CONTRIBUIÇÕES	5.294.000,00	5.294.000,00	3.650.306,11	1.643.693,89
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	504.000,00	504.000,00	192.087,18	311.912,82
FINANCEIRAS	205.000,00	205.000,00	274.246,57	(69.246,57)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	960.000,00	960.000,00	1.490.480,84	(530.480,84)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.000,00	6.000,00	-	6.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	154.000,00	154.000,00	86.118,86	67.881,14
RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	2.202.000,00	2.202.000,00	-	2.202.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS	2.000,00	2.000,00	-	2.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.200.000,00	2.200.000,00	-	2.200.000,00
TOTAL DAS RECEITAS:	9.325.000,00	9.325.000,00	5.693.239,56	3.631.760,44
DÉFICIT			(568.951,66)	
TOTAL GERAL:			6.262.191,22	

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
DESPESAS CORRENTES	9.205.000,00	9.205.000,00	6.253.255,44	6.245.999,69	2.951.744,56
PESSOAL E ENCARGOS	5.072.000,00	5.057.000,00	2.850.927,60	2.850.927,60	2.206.072,40
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	61.000,00	66.000,00	13.235,16	13.235,16	52.764,84
USO DE BENS E SERVIÇOS	2.741.000,00	2.751.000,00	2.259.579,19	2.252.323,44	491.420,81
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.331.000,00	1.331.000,00	1.129.513,49	1.129.513,49	201.486,51
DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	120.000,00	120.000,00	8.935,78	8.935,78	111.064,22
INVESTIMENTOS	120.000,00	120.000,00	8.935,78	8.935,78	111.064,22
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS:	9.325.000,00	9.325.000,00	6.262.191,22	6.254.935,47	3.062.808,78
TOTAL GERAL:			6.262.191,22		

9- Outras informações relevantes

9.1 - Como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados

Todos os temas abordados na Prestação de Contas fazem parte do Programa de Trabalho, definido no ano anterior. Ao final do exercício, todas as secretarias e setores quem compõem o Corecon-RJ elaboram seus respectivos relatórios de ações desenvolvidas, baseadas no Programa de Trabalho, contendo tanto informações quantitativas como qualitativas. Esses relatórios são compilados num único documento – no Relatório de Gestão. O monitoramento das ações é feito de forma contínua, através do acompanhamento e do cumprimento das atividades previstas no Programa de Trabalho.

9.2- Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado



Não foi realizado um processo específico para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado. Conforme mencionado no item anterior (9.1), as informações geradas pelas Secretarias e setores do Corecon-RJ são reunidas num único Relatório de Gestão, que engloba todas as informações quantitativas e qualitativas do exercício.

9.3- Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve recomendações específicas por parte do TCU.



Anexos e apêndices

Anexo I - Declaração de integridade do relato integrado pelo responsável pela governança conforme estabelece a Estrutura Internacional para Relato Integrado

DECLARAÇÃO

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Decisão Normativa TCU 84/20 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório conciso, claro e objetivo, assegurando sua integridade e credibilidade. Apesar de nem todos os itens previstos na respectiva DN serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa do Corecon-RJ, o relatório foi construído de forma atender aos princípios da publicidade e transparência, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade.

Flávia Vinhaes Santos
Presidente

Guilherme Tinoco O dos Anjos
Secretário de Adm e Finanças